An aerial photograph of a landscape. In the background, there are rolling hills with sparse vegetation and some small settlements. The middle ground is dominated by a large, dense forest. In the foreground, there are agricultural fields, some of which appear to be planted with crops like corn or soybeans. A few small buildings and a road are visible in the bottom right corner.

Plano Operacional Municipal (POM) 2010

**Comissão Municipal
de Defesa da Floresta
de Torres Vedras**

Abril 2010

ÍNDICE:

INTRODUÇÃO	3
1. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO	4
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS.....	4
2. INCÊNDIOS FLORESTAIS	6
2.1. Área Ardida e Numero de Ocorrências – Distribuição Anual.....	6
3. ANÁLISE DO RISCO DE INCÊNDIO	7
3.1. Cartografia de Risco	7
3.2. Mapa de Prioridades de Defesa	16
4. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL	17
5. ORGANIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE DFCI	19
5.1. Meios e Recursos	19
5.2. Dispositivo Operacional de DFCI.....	25
5.3. Vigilância e Detecção	29
5.4. Primeira Intervenção	31
5.5. Combate	32
5.6. Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio	33
5.7. Apoio ao Combate	34

Anexo I – Cartografia

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de Susceptibilidade do concelho de Torres Vedras.....	8
Figura 2. Componentes do Modelo de Risco.....	11
Figura 3. <i>Raster</i> da Vulnerabilidade do concelho de Torres Vedras.....	12
Figura 4. <i>Raster</i> do Valor Económico do concelho de Torres Vedras.	13
Figura 5. Esquema de Comunicação do alerta Amarelo e Laranja do Concelho de Torres Vedras.....	25

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Área das freguesias do concelho de Torres Vedras.	4
Quadro 2. Valor da susceptibilidade segundo o tipo de ocupação do solo.....	7
Quadro 3. Distribuição da Perigosidade de Incêndio do concelho de Torres Vedras.....	10
Quadro 4. Valor da vulnerabilidade segundo o tipo de ocupação do solo.....	11
Quadro 5. Valor económico associado, segundo o valor atribuído a cada subclasse de ocupação do solo.	13
Quadro 6. Distribuição do Risco de Incêndio do concelho de Torres Vedras.....	15
Quadro 7. Entidades envolvidas em cada acção e Inventário de Viaturas e Equipamentos.	20
Quadro 8. Meios complementares de apoio ao combate.....	22
Quadro 9. Dispositivos operacionais de DFCI - funções e responsabilidades	23
Quadro 10. Procedimentos de actuação nos alertas amarelo, laranja e vermelho.....	26
Quadro 11. Lista Geral de Contactos.....	27
Quadro 12. Lista de Contactos das Juntas de Freguesia.	28

INTRODUÇÃO

Com vista a dar cumprimento ao disposto no ponto 3.5.4. da Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio de 2006, elaborou-se o Plano Operacional Municipal (POM) do Concelho de Torres Vedras, cuja versão preliminar foi presente em reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDF), no dia 19 de Abril de 2010.

O POM tem por objectivo a concretização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), resumindo os procedimentos e meios envolvidos nas acções de vigilância, detecção, fiscalização, 1ª intervenção, combate e rescaldo a incêndios florestais. Este plano servirá como documento de referência às diversas entidades com responsabilidades na Defesa da Floresta Contra Incêndios. Destacam-se os membros da Comissão Municipal de Defesa da Floresta na coordenação dos meios existentes ao nível municipal.

Atendendo à dinâmica associada à gestão da floresta e por imposição legal, o POM será revisto anualmente.

O POM estrutura-se em **5 capítulos** e um anexo:

- **Capítulo 1** – Enquadramento do Concelho
- **Capítulo 2** – Incêndios Florestais
- **Capítulo 3** – Análise do risco de incêndio
- **Capítulo 4** – Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e Regime Florestal
- **Capítulo 5** – Organização do dispositivo da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI)
- **Anexo I** – Cartografia

1. ENQUADRAMENTO DO CONCELHO

1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

O concelho de Torres Vedras situa-se no distrito de Lisboa na Região Oeste e é limitado a Norte pelo concelho da Lourinhã, a Nordeste pelo do Cadaval, a Este pelo de Alenquer, a Sudeste pelo de Sobral de Monte Agraço, a Sul pelo concelho de Mafra e a Oeste pelo Oceano Atlântico (Mapa 1 do anexo I). A sua área geográfica encontra-se inserida nas cartas militares nº 350, 361, 362, 374, 375, 388 e 389.

O concelho possui uma área de 40.706,90 ha, distribuídos por 20 freguesias (Quadro 1) sendo que as mais representativas em termos florestais são A-dos-Cunhados, Campelos, Maxial, Monte Redondo, Outeiro da Cabeça, São Pedro e Santiago, Silveira e Ramalhal abrangendo estas freguesias 75,57% dos povoamentos florestais do concelho. Os restantes povoamentos florestais dispersam-se pelas outras freguesias perfazendo 22,22% da área total do concelho.

Quadro 1. Área das freguesias do concelho de Torres Vedras.

Freguesia	Área (ha)	
	Hectares	%
A-dos-Cunhados	4.425,30	10,87
Campelos	2.418,20	5,94
Carmões	674	1,66
Carvoeira	1.423,70	3,5
Dois Portos	3.626,30	8,91
Freiria	1.347,40	3,31
Matacães	1.340,40	3,29
Maxial	2.927,60	7,19
Monte Redondo	918,6	2,26
Ponte do Rol	968,4	2,38
Ramalhal	3.688,60	9,06
Runa	686,6	1,69
Santa Maria	1.758,40	4,32
São Pedro da Cadeira	2.333,00	5,73
São Pedro e Santiago	3.147,40	7,73
Silveira	2.490,10	6,12
Turcifal	2.471,20	6,07
Ventosa	2.650,50	6,51
Outeiro da Cabeça	572,4	1,41
Maceira	838,8	2,06
Total	40.706,90	100

Fonte: IGP.

Na lei orgânica da Autoridade Florestal Nacional (AFN), o concelho de Torres Vedras enquadra-se na Direcção Regional das Florestas de Lisboa e Vale do Tejo, Unidade Gestão Florestal Ribatejo e Oeste.

2. INCÊNDIOS FLORESTAIS

O concelho de Torres Vedras registou, nos últimos 11 anos, vários incêndios de média e elevada dimensão predominantemente no período estival.

A maioria dos incêndios foram combatidos, no seu início, pelos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (BVTV), isto é, apresentaram tempos de resposta normalmente curtos. No entanto, na última década, alguns tomaram proporções consideráveis, destacando-se na freguesia do Maxial um incêndio que, em Agosto do ano crítico de 2003, registou 400 ha de área florestal ardida. A área ardida em 2009 foi de 18 ha.

As causas dos incêndios são, na sua maioria, desconhecidas. Segundo a opinião do Comandante dos BVTV, alguns deles têm a sua origem em pequenas queimadas feitas por agricultores, com o objectivo de limpeza das suas propriedades. Os incêndios ocorridos durante a noite, principalmente em zonas de caça sujeitas a ordenamento e de pastorícia, indiciam intencionalidade.

2.1. Área Ardida e Numero de Ocorrências – Distribuição Anual

O Mapa 2 do anexo I, apresenta a distribuição geográfica da área ardida no concelho de Torres Vedras, no período 1990-2010. De acordo com esta carta, a área ardida nos últimos 19 anos localiza-se essencialmente nas freguesias de Maxial, Monte Redondo, Santa Maria, Matacães e Dois Portos.

A informação apresentada nesta carta tem critérios de digitalização variáveis em função dos anos em que foi realizada. Este facto deve-se, à dimensão mínima das áreas queimadas cartografadas, pela Autoridade Florestal Nacional (AFN), ter sido de 25 ha em 1990-1992, 15ha no período 1993 a 1994 e 5ha desde 1995. Desde 2006 que o Gabinete Técnico Florestal tem efectuado o levantamento dos incêndios com área superior a 5ha, no entanto para 2008, de acordo com o deliberado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Torres Vedras, efectuou-se o levantamento das áreas ardidas superiores a 0,5ha por forma a perceber correctamente o histórico das ocorrências e assim poder-se estabelecer medidas eficazes para reduzir o numero de ocorrências e área ardida.

De notar que os dados divergem dos expostos nas estatísticas dos incêndios, embora a fonte seja a mesma, ou seja, ambos os dados são fornecidos pela AFN. De acordo com os esclarecimentos prestados pela AFN, esta situação é explicada pelo facto de serem utilizadas imagens de satélite para delimitar as áreas ardidas espacialmente. No caso dos dados quantitativos, estes são fornecidos pelo CDOS (Centro Distrital de Operações e Socorro).

Pela análise das estatísticas dos incêndios, constata-se que o máximo de área ardida dos últimos 18 anos foi atingido em 2003 (aproximadamente 535 ha). Para este máximo de 2003 considera-se que tiveram grande relevância as condições climatéricas, nomeadamente, a associação de temperaturas elevadas a humidade relativa baixa, durante longos períodos.

3. ANÁLISE DO RISCO DE INCÊNDIO

Os mapas do Risco de Incêndio e Prioridades de Defesa realizados constituem um valioso instrumento de apoio à decisão na gestão do concelho para as diferentes entidades que lidam com a componente territorial (Energias de Portugal, Rede de Estradas Nacionais, Rede Eléctrica Nacional, Município de Torres Vedras, AFN, etc.). Permitindo definir uma estratégia de actuação no sentido de se minimizar as perdas na iminência de incêndio e de se garantir a adopção integrada de medidas de prevenção.

3.1. Cartografia de Risco

O Mapa de Risco de Incêndio é precedido pela elaboração do Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal. Esta carta ilustra a probabilidade e a susceptibilidade de ocorrência do fenómeno danoso.

O Mapa do Risco de Incêndio expressa o potencial de perda, conjugando a perigosidade com os elementos em risco (vulnerabilidade e respectivos valores quantitativos). Este mapa serve de suporte à orientação das acções de prevenção e combate para as áreas onde o potencial de perda é superior.

Face às indicações presentes no Guia Técnico a Cartografia de Risco de incêndio foi calculada com base na metodologia descrita no apêndice 3 do guia técnico.

MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL

A obtenção do Mapa de Perigosidade de Incêndio Florestal realizou-se com base na multiplicação dos *raster* de probabilidades pelo *raster* de susceptibilidade. Este valor expressa a probabilidade de ocorrência de um incêndio na área do concelho de Torres Vedras.

Para o cálculo da susceptibilidade teve-se em conta os declives e a ocupação do solo.

Quadro 2. Valor da susceptibilidade segundo o tipo de ocupação do solo.

TIPO DE OCUPAÇÃO DO SOLO	SUSCEPTIBILIDADE
Edificado, Infra-estruturas, Superfícies Aquáticas, Rede Viária, Equipamento	Classe de Susceptibilidade Baixa Valor 1
Regadio, Pomares, Vinhas, Estufas e Improdutivos	Classe de Susceptibilidade Baixa Valor 2
Sequeiro, Olivais, Sobreiros	Classe de Susceptibilidade Média Classe 3
Eucalipto, Folhosas, Resinosas, Pinheiro bravo, Pinheiro manso, Matos, Incultos, Mistos, Coníferas	Classe de Susceptibilidade Alta Classe 4

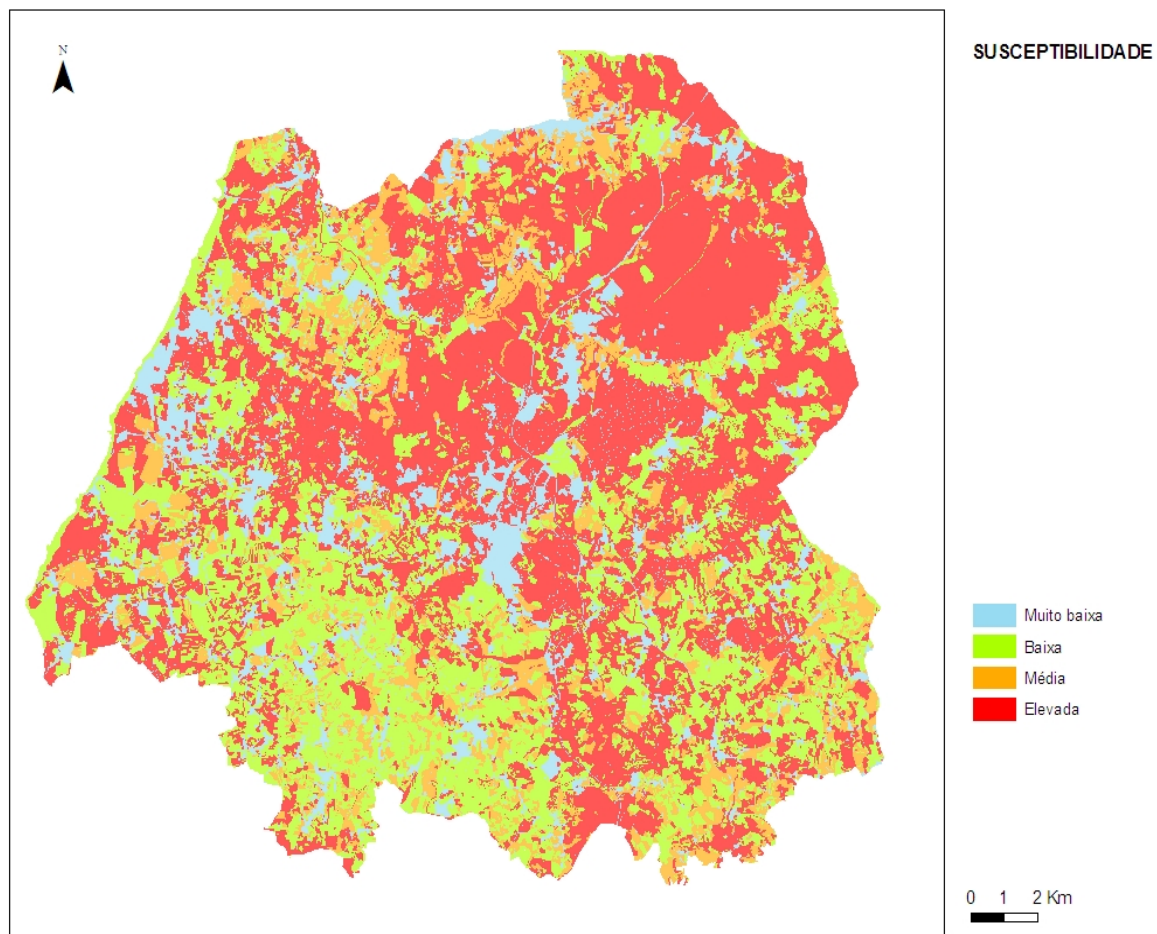


Figura 1. Mapa de Susceptibilidade do concelho de Torres Vedras.

Da análise da cartografia de Perigosidade (mapa 3 do anexo I) é evidente a relação proporcional entre a variável declive e a variável perigosidade. Assim, as zonas classificadas com um índice de perigosidade “Alta a Muito Alta” coincidem, em geral, com as áreas mais declivosas do concelho: as escarpas da freguesia de Maceira, a Serra do Socorro na freguesia do Turcifal e os dois eixos contínuos que unem as freguesias do Turcifal, Dois Portos, São Pedro e Santiago, Matacães, Monte Redondo, Maxial e Ventosa.

Por outro lado, as restantes áreas com elevados níveis de perigosidade apresentam-se em geral com uma classe de susceptibilidade elevada sendo portanto zonas com um coberto vegetal dominado por sistemas florestais, matos e terrenos incultos. Deste modo, nestas zonas do concelho, a velocidade de propagação dos incêndios é maior e o seu combate é geralmente dificultado, sendo por isso primordial definir estratégias mais eficientes de defesa da floresta contra incêndios, nomeadamente na prevenção e combate. Nas zonas mais planas os riscos e dificuldades são geralmente menores, à excepção de algumas áreas específicas (freguesias com mancha florestal extensa e continua).

A Carta de Perigosidade que reflecte o risco espacial de incêndio descrito no artigo 5.º do DL124/2006, republicado pelo Decreto-Lei n.º 17 de 14 de Janeiro de 2009.

Da análise do quadro seguinte contacta-se que as seguintes freguesias: Monte Redondo, Dois Portos, Maxial, Carmões, São Pedro e Santiago, Maceira, Ramalhal e Outeiro da Cabeça têm mais de 40% da sua área ocupada pelas classes de perigosidade de incêndio alta e muito alta.

As acções de prevenção devem ter em consideração a análise do mapa de perigosidade.

Quadro 3. Distribuição da Perigosidade de Incêndio do concelho de Torres Vedras.

Perigosidade de Incêndio Freguesias	Muito Baixa		Baixa		Média		Alta		Muito Alta	
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%
A-dos-Cunhados	1.304,62	29,48	752,56	17,01	1.070,20	24,18	979,40	22,13	309,96	7,00
Campelos	553,18	22,88	488,95	20,22	584,55	24,17	497,09	20,56	272,00	11,25
Carmões	100,56	14,92	153,36	22,75	89,88	13,34	233,35	34,62	93,59	13,89
Carvoeira	283,26	19,90	337,52	23,71	227,84	16,00	406,97	28,59	161,97	11,38
Dois Portos	434,73	11,99	684,09	18,86	527,38	14,54	1.035,64	28,56	936,28	25,82
Freiria	337,03	25,01	327,57	24,31	222,62	16,52	255,35	18,95	197,98	14,69
Matacães	224,24	16,73	156,05	11,64	171,66	12,81	222,88	16,63	565,60	42,20
Maxial	439,83	15,02	316,90	10,82	597,79	20,42	601,80	20,56	964,57	32,95
Monte Redondo	142,65	15,53	54,69	5,95	191,53	20,85	190,88	20,78	338,10	36,81
Ponte do Rol	345,08	35,63	133,42	13,78	241,25	24,91	192,44	19,87	56,20	5,80
Ramalhal	553,63	15,01	435,19	11,80	1.188,07	32,21	833,76	22,60	677,86	18,38
Runa	168,01	24,47	111,95	16,30	113,74	16,57	118,71	17,29	174,08	25,35
Santa Maria	430,76	24,50	193,98	11,03	306,23	17,42	339,48	19,31	487,94	27,75
São Pedro da Cadeira	784,91	33,64	384,96	16,50	598,27	25,64	440,71	18,89	116,19	4,98
São Pedro e Santiago	741,33	23,55	316,63	10,06	595,78	18,93	652,66	20,74	840,62	26,71
Silveira	1.104,98	44,38	228,70	9,18	785,86	31,56	296,72	11,92	70,16	2,82
Turcifal	629,47	25,47	568,17	22,99	382,66	15,48	477,25	19,31	410,50	16,61
Ventosa	858,88	32,40	742,49	28,01	415,25	15,67	467,13	17,62	164,86	6,22
Outeiro da Cabeça	102,13	17,84	45,73	7,99	180,11	31,47	142,25	24,85	88,92	15,53
Maceira	207,77	24,77	102,71	12,24	133,54	15,92	152,51	18,18	234,44	27,95
Total	9.747,06	23,94	6.535,60	16,06	8.624,22	21,19	8.536,98	20,97	7.161,82	17,59

O Modelo de Risco permite auxiliar as autarquias à tomada de decisões a nível da implementação das propostas das acções quer de silvicultura preventiva, quer da implementação de novas infra-estruturas e dos seus investimentos. Em domínio de risco de incêndio florestal, torna-se necessário responder adequadamente à questão de onde se encontram os maiores potenciais de perda.

O risco pressupõe valor e expressa o potencial de perda de elementos em risco em função da perigosidade de um determinado fenómeno e vulnerabilidade e valor económico desses mesmos elementos. Recorrendo-se à fórmula apresentada no Guia Metodológico para o cálculo do mapa de risco foram considerados para além do *raster* da Perigosidade o *raster* do Dano Potencial, isto é:



Figura 2. Componentes do Modelo de Risco.

Fonte: DGRF, 2007.

Vulnerabilidade: a vulnerabilidade representa a eventual destruição que um incêndio poderá causar a determinada ocupação do solo, seja esta um edifício ou uma floresta. E varia entre a Classe 0,1 (o elemento não é afectado) e Classe 1 (A perda é total, o elemento é afectado de forma irreversível necessitando de reconstrução ou substituição).

As Classes de valor atribuídas no concelho de Torres Vedras foram as seguintes:

Quadro 4. Valor da vulnerabilidade segundo o tipo de ocupação do solo.

TIPO DE OCUPAÇÃO DO SOLO		VULNERABILIDADE
Produção Lenhosa	Pinheiro bravo/Resinosas/Coníferas	1
	Eucalipto	0,75
Multifuncional	Sobreiro	0,75
	Pinheiro manso	1
Conservação	Outras Folhosas/Misto	0,75
Agricultura	Agrícolas	0,6
Improdutivos/Incultos	Mato/Incultos	0,4
	Improdutivos	0,35
Edificado para habitação e indústria	Edificado (Zona II)	0,75
Infraestruturas	Estradas	0,25
	Estufas	0,65
	Equipamento/Golfe	0,75
Outros	Restantes áreas	0,1

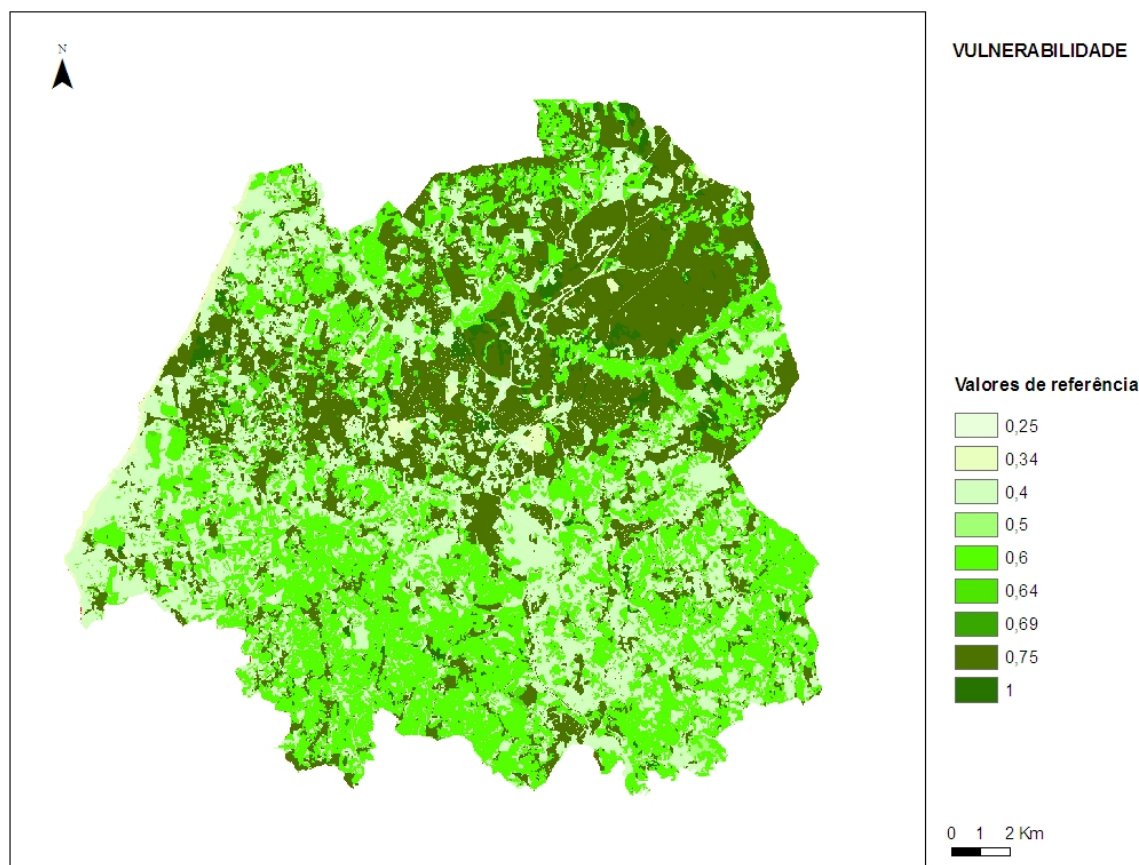


Figura 3. Raster da Vulnerabilidade do concelho de Torres Vedras.

Valor Económico – calculado com base na Portaria 982/2004, de 4 de Agosto, relativamente aos custos de construção de edificações e infra-estruturas para espaços urbanos (euros/m²) e na Estratégia Nacional para as Florestas relativamente aos valores das diferentes ocupações do solo (euros/hectare). O cálculo demonstrado apresenta algumas simplificações devido à impossibilidade da obtenção de valor monetário (euros/m²) em cada ponto do concelho.

Na Estratégia Nacional para as Florestas é apresentada uma matriz estruturante do valor das florestas, onde estão definidos os valores monetários por hectare dos diferentes tipos de ocupação do solo. Analisando os valores apresentados foram definidos os seguintes valores, com interesse para o concelho de Torres Vedras:

As Classes de valor atribuídas no concelho de Torres Vedras foram as seguintes:

Quadro 5. Valor económico associado, segundo o valor atribuído a cada subclasse de ocupação do solo.

TIPO DE OCUPAÇÃO DO SOLO		VALOR ECONÓMICO
Produção Lenhosa	Pinheiro bravo	91€/ha
	Resinosas/Coníferas	84€/ha
	Eucalipto	136€/ha
Multifuncional	Sobreiro	618€/ha
	Pinheiro manso	494€/ha
Conservação	Outras Folhosas/Misto	1507€/ha
Agricultura	Agrícolas	5000€/ha
Improdutivos/Incultos	Mato/Incultos	52€/ha
	Improdutivos	52€/ha
Edificado para habitação e indústria	Edificado (Zona II)	615,12€/m ²
Infraestruturas	Estradas	35€/m ²
	Estufas	12€/m ²
	Indústria/Equipamento/Golfe	615,12€/m ²
Outros	Restantes áreas	52€/ha

Na Portaria 982/2004, de 4 de Agosto, cada município obedece a determinados factores de ponderação, de onde se obteve que, no caso de Torres Vedras, o custo de construção é de 615,12 euros/m². Todas as edificações, infra-estruturas e equipamento foram contabilizados, de forma simplificada, como valendo 615,12 euros/m², dado ser este o valor de referência do custo da construção e reconstrução caso o incêndio seja a causa da destruição das referidas estruturas. Nas áreas agrícolas optou-se por diferenciar as áreas de estufa por constituírem infra-estruturas com elevado valor económico na região pelo que se deu um valor de 12 euros/m².

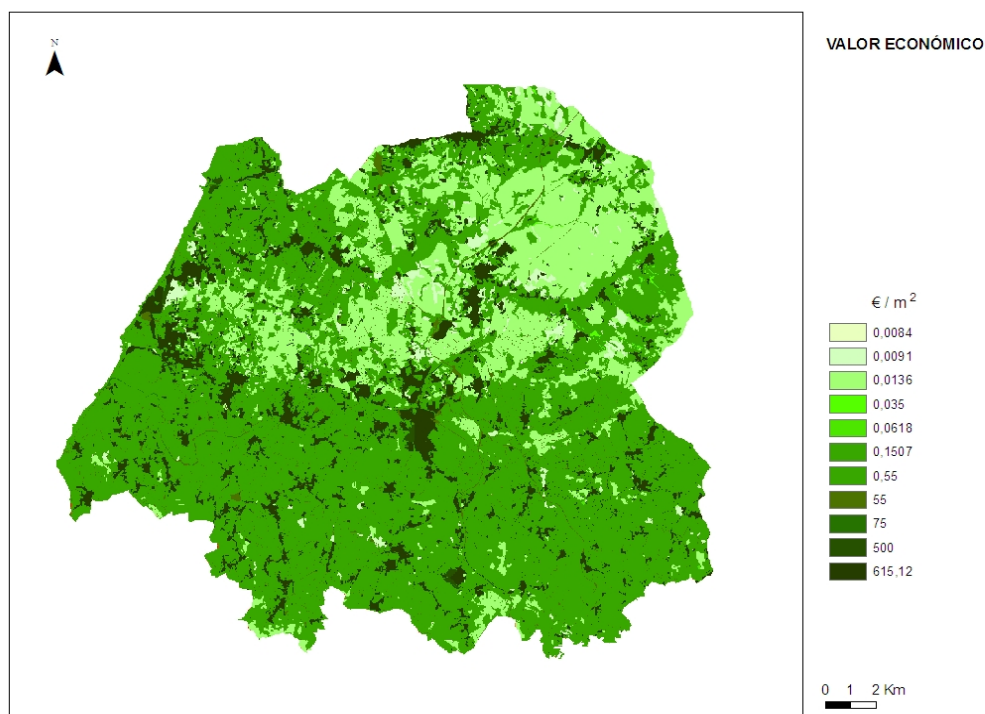


Figura 4. Raster do Valor Económico do concelho de Torres Vedras.

Dano Potencial: Após a classificação da carta de ocupação e uso do solo de acordo com a sua vulnerabilidade e valor económico associado procedeu-se à elaboração dos *rasters* da vulnerabilidade e do valor económico que multiplicados permitem obter o *raster* do dano potencial.

MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL – contabiliza além do risco estrutural e o histórico de incêndio também o valor e vulnerabilidade. A referida carta está apresentada no mapa 4 do anexo I e resulta da multiplicação do *raster* da Perigosidade com o *raster* do dano potencial. Verifica-se que o risco é tanto maior quanto mais elevado o valor no pixel do *raster* da perigosidade e do dano potencial. O risco de incêndio indica o potencial de perda face à ocorrência de um incêndio.

Numa 1ª análise do mapa de Risco de Incêndio e como era expectável o risco muito elevado coincide maioritariamente com as áreas urbanas do concelho, uma vez que apresentam vulnerabilidade e valor económico elevado.

Para fins operacionais, a cartografia de risco permite, entre outras aplicações:

- Identificar os locais em que é necessário proceder à mitigação do risco, actuando nas quadrículas de risco alto e muito alto, optando por acções de redução da susceptibilidade (prevenção);
- Atribuir prioridades de prevenção e/ou supressão conforme o valor dos elementos;
- Condicionar a edificação de novos elementos em áreas com risco elevado e muito elevado, evitando colocar valor adicional nos locais onde este já existe e/ou onde existe perigosidade elevada.

Da análise do mapa de risco de incêndio (mapa 4 do anexo I) e do quadro seguinte verifica-se que as freguesias de A-dos-Cunhados, Silveira e São Pedro e Santiago têm risco de incêndio muito elevado, salienta-se que são também estas freguesias que detêm uma maior área social, que estão directamente associadas a um valor económico muito elevado e a um valor relativamente elevado de vulnerabilidade.

No entanto, constatou-se que as áreas sociais das freguesias de A-dos-Cunhados e São Pedro e Santiago, merecem especial atenção pois estas confinam com espaços florestais, sendo que na ocorrência de um incêndio florestal a probabilidade de perda de pessoas e bens é muito mais elevada.

Estes dois factos reflectem-se igualmente no Mapa de Prioridade de Defesa, que se obtém com a conjunção do Mapa de Perigosidade e do Mapa de Risco.

Quadro 6. Distribuição do Risco de Incêndio do concelho de Torres Vedras.

Risco de Incêndio Freguesias	Muito Baixo		Baixo		Médio		Alto		Muito Alto	
	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%	Hectares	%
A-dos-Cunhados	800,71	18,09	141,75	3,20	1.030,91	23,30	1.705,18	38,53	745,20	16,84
Campelos	289,60	11,98	109,73	4,54	742,81	30,72	959,69	39,69	312,31	12,92
Carmões	135,97	20,17	12,79	1,90	17,87	2,65	445,03	66,03	61,81	9,17
Carvoeira	459,62	32,28	2,73	0,19	73,68	5,18	747,54	52,51	139,49	9,80
Dois Portos	1.292,70	35,65	15,42	0,43	188,08	5,19	1.875,75	51,73	253,32	6,99
Freiria	165,10	12,25	6,18	0,46	92,36	6,85	935,44	69,43	146,67	10,89
Matacães	559,24	41,72	7,61	0,57	161,89	12,08	512,16	38,21	99,52	7,42
Maxial	451,72	15,43	117,65	4,02	1.264,11	43,18	893,90	30,53	199,66	6,82
Monte Redondo	170,04	18,51	27,65	3,01	455,57	49,59	190,71	20,76	74,55	8,12
Ponte do Rol	271,01	27,99	10,93	1,13	127,09	13,12	412,24	42,57	147,07	15,19
Ramalhal	416,17	11,28	264,71	7,18	1.925,50	52,20	680,56	18,45	401,46	10,88
Runa	284,65	41,46	16,36	2,38	19,88	2,90	296,07	43,12	69,60	10,14
Santa Maria	664,32	37,78	3,73	0,21	224,38	12,76	520,12	29,58	345,82	19,67
São Pedro da Cadeira	981,41	42,07	9,77	0,42	40,80	1,75	1.031,98	44,23	267,93	11,48
São Pedro e Santiago	1.063,37	33,79	50,76	1,61	707,17	22,47	701,58	22,29	624,27	19,83
Silveira	758,86	30,48	20,67	0,83	353,02	14,18	717,63	28,82	639,57	25,68
Turcifal	390,36	15,80	27,52	1,11	98,87	4,00	1.664,14	67,34	289,81	11,73
Ventosa	396,79	14,97	14,20	0,54	6,18	0,23	1.928,38	72,76	303,04	11,43
Outeiro da Cabeça	81,26	14,20	12,16	2,12	319,03	55,73	91,40	15,97	68,15	11,91
Maceira	400,42	47,74	4,03	0,48	26,00	3,10	266,65	31,79	141,23	16,84
Total	10.033,31	24,65	876,35	2,15	7.875,19	19,35	16.576,14	40,72	5.330,48	13,09

3.2. Mapa de Prioridades de Defesa

A cartografia de prioridades de defesa é constituída pela aposição aos polígonos de risco de incêndio florestal (alto e muito alto), de outros elementos não considerados no modelo de risco, com reconhecido valor ou interesse social, cultural, ecológico ou outros (DGRF, 2006). O objectivo deste mapa é identificar quais os elementos que interessa proteger, constituindo para esse fim prioridades de defesa.

Consideraram-se como elementos com reconhecido valor a rede natura 2000, o património natural (identificado no Plano Municipal de Recursos Naturais) e as bombas de combustível.

4. ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL

No concelho de Torres Vedras não existem áreas protegidas nem áreas com regime florestal.

No Mapa 6 do anexo I, apresenta-se a distribuição das áreas de Rede Natura 2000 no concelho de Torres Vedras, que ocupam 1193 ha. Estas áreas não têm grande influência em termos de DFCI pois localizam-se unicamente nas arribas da faixa litoral e dividem-se por dois Sítios: Peniche / Santa Cruz e Sintra / Cascais.

O sítio Peniche / Sta. Cruz – PTCON0056, foi publicado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/00 de 5 de Julho, envolve os concelhos de Lourinhã (690ha), Óbidos (305ha), Peniche (1105ha) e Torres Vedras (705ha).

Tendo em conta o relatório do Plano Sectorial Rede Natura 2000, este Sítio abrange uma ampla faixa costeira, que se caracteriza pela alternância entre sistemas dunares e falésias. Ambos os tipos de substrato apresentam comunidades vegetais bem estruturadas, em bom estado de conservação e com elencos florísticos relevantes, contendo diversos elementos que atingem no Sítio o limite setentrional das suas áreas de ocorrência.

O litoral rochoso possui um elevado interesse botânico expresso sobretudo na vegetação halocasmófila perene, com plumbagináceas endémicas (1240) sobre as falésias de litologia variável (calcários, margas, arenitos, etc.) submetidas à salsugem. Aqui se distribuem numerosos endemismos lusitanos, entre os quais *Limonium dodartii* subsp. *lusitanicum* e *Limonium multiflorum*.

Sobre substratos duros merecem também referência os raros tojais e urzais-tojais aero-halófilos dominados por *Ulex jussiaei* subsp. *congestus* (4030) e os prados rupícolas basófilos com plantas suculentas (6110*).

Nas zonas dunares podemos observar sistemas completos, com destaque para as dunas semifixas com matos camefíticos (dunas cinzentas) (2130*) dominados pelo endemismo lusitano *Armeria welwitschii*. Importantes são igualmente os tojais sobre areias, com ericáceas ou cistáceas (2150*), as areias com matagais de zimbro (2250*) ou com matos dominados por arbustos espinhosos (2260), e as dunas com pinhal-bravo (*Pinus pinaster* subsp. *atlantica*) e sob-coberto não perturbado recentemente (2270*). Regista-se também a presença dos endemismos *Verbascum litigiosum* e *Herniaria maritima*.

Realce ainda para os prados salgados atlânticos (1330) existentes a Norte de Peniche, sendo esta uma das duas únicas áreas de ocorrência deste habitat na Região Biogeográfica Mediterrânica, e para os recifes (1170) que se dispõem ao longo da costa.

O sítio Sintra / Cascais – PTCON0008, foi classificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/97 de 28 de Agosto e ocupa 705 ha do concelho.

De acordo com o relatório do Plano Sectorial Rede Natura 2000, este sítio caracteriza-se por uma paisagem global marcada pelo maciço granítico da Serra de Sintra, cujo limite ocidental cai abruptamente para o oceano Atlântico, formando imponentes falésias graníticas e pequenas praias enclausuradas, de seixos e de calhaus rolados.

Esta zona central prolonga-se para Sul até junto à vila de Cascais, transformando-se numa faixa litoral baixa onde se intercalam as areias dos complexos dunares do Guincho, Cresmina e Oitavos e as plataformas litorais calcárias, de tipo cársico, mais ou menos elevadas, do Cabo Raso, Guia e Boca do Inferno.

Para norte estende-se uma faixa costeira em que as falésias rochosas e as arribas brandas vão alternando com praias arenosas, mais ou menos extensas e estreitas, até à foz do rio Sizandro. A partir desta faixa e para o interior desenvolve-se uma área agrícola de pequenas parcelas compartimentadas por muros de pedra seca e sebes de cana, de caniço ou de tamargueira.

O Sítio apresenta uma significativa diversidade de habitats sendo de realçar as arribas litorais com vegetação halocasmófila com *Limonium* e *Armeria* endémicos (1240) em bom estado de conservação, os zimbrais-carrascais (*Juniperus turbinata* subsp. *turbinata* e *Quercus coccifera* subsp. *coccifera*) sobre os calcários nas falésias marítimas (5210), sendo notáveis os exemplos situados na Praia da Adraga ou no Cabo da Roca, e os raros tojais e urzais-tojais aerohalófilos dominados por *Ulex jussiae* subsp. *congestus* (4030), próprios de plataformas rochosas litorais, com escarpas sobranceiras ou não.

Quanto às dunas devem ser referidas as cobertas por matagais de *Juniperus turbinata* subsp. *turbinata* (2250*) ou por pinhal-bravo (*Pinus pinaster* subsp. *atlantica*), com sob-coberto não perturbado recentemente (2270*). Importante é ainda a presença de louriçais (*Laurus nobilis*) (5230*) e dos matagais e matos meso-xerófilos mediterrânicos (5330), sobretudo dos carrascais, tojais e tomilhais.

De igual forma o valor florístico do Sítio é elevado, com um extraordinário índice de endemidade. Salientam-se as ocorrências dos endemismos lusitanos *Coincea cintrana*, *Iberis procumbens* subsp. *microcarpa*, *Jonopsidium acaule*, *Juncus valvatus*, *Limonium dodartii* subsp. *lusitanicum*, *Limonium multiflorum* e *Verbascum litigiosum*, merecendo um destaque suplementar os endemismos locais *Armeria pseudarmeria*, *Dianthus cintranus* subsp. *cintranus* e *Omphalodes kuzinskyanae*. Caso interessante é o do endemismo lusitano *Silene longicilia*, aqui também presente através das suas mais raras e ameaçadas populações sobre solos derivados de rochas eruptivas granulares.

Algumas pequenas ribeiras têm valor significativo para a boga-portuguesa (*Chondrostoma lusitanicum*).

5. ORGANIZAÇÃO DO DISPOSITIVO DE DFCI

A organização do dispositivo de DFCI prevê a mobilização preventiva dos meios e recursos disponíveis, de forma a garantir a rápida detecção e extinção dos incêndios, para que estes não atinjam grandes proporções.

O delineamento antecipado de formas de actuação e o levantamento das responsabilidades e competências das diferentes forças e entidades envolvidas contribuirá para uma maior eficácia na resposta efectiva à problemática dos incêndios florestais.

5.1. Meios e Recursos

Neste ponto pretende-se fazer uma listagem das entidades envolvidas nas acções de vigilância e detecção, primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo.

Pretende-se também fazer um inventário de equipamento e ferramentas de sapador por cada entidade, maquinaria pesada e dispositivos operacionais (funções e responsabilidades).

Quadro 7. Entidades envolvidas em cada acção e Inventário de Viaturas e Equipamentos.

Acção	Entidades	Identificação da Equipa	Recursos Humanos (n.º)	Áreas de Actuação (Sectores territoriais)	Período de Actuação	Tipo de Viatura		Equipamento de supressão hidráulico			Ferramenta de Sapador						
						4x4	4x2	Capacidade de água (l)	Potência das Bombas (l/min)	Comprimento total de mangueiras (m)	Foição	Ancinho/Enxada (McLeod)	Polaski	Enxada	Abafador	Bomba dorsal	Pás
Vigilância e Detecção	GNR	NPA	4	Concelho	Período crítico	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	AMO	Projecto Oeste Florestal	0	XXX	xxx	xxx	xxx	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Associações de Caçadores	XXX	20	Zonas de caça	Todo ano	16	xxx	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1ª Intervenção Rescaldo	J.F. Outeiro da Cabeça	XXX	1/2	S11131904	Todo ano	1	xxx	500	40	100	1	2	1	0	2	1	0
Vigilância Detecção 1ª Intervenção Rescaldo Vigilância Pós-incêndio	CMTV - Sapadores Florestais	SF 08-16B Torres Vedras	5	Concelho	Todo ano	1	xxx	500	40	100	1	2	1	0	2	1	0
Vigilância Detecção 1ª Intervenção Rescaldo Vigilância Pós-incêndio	AFOCELCA		5		A definir	1	xxx	500									
1ª Intervenção Combate Rescaldo Vigilância Pós-incêndio	BVTV	ECIN	15	Concelho	A definir pela ANPC	2 (VFCI)	xxx	2 x 3.000	2000l/min	2000m de 25mm e 800m de 50mm	40	15	20	30	40	0	30
						7 (VRCI)	xxx	6 x 3.000 e 1 x 5.500									
						1 (VCC)	xxx	0	0	xxx							
		ELAC	4			3 (VT)	xxx	17.000 14.000 12.000	2000l/min	xxxx							
						2 (VCOT)	xxx	0	0	xxx							

Legenda: EPNA - Equipa de protecção da natureza e ambiente; ECIN - Equipa de combate a incêndios; ELAC - Equipa logística de apoio ao combate; GNR – Guarda Nacional republicana; AMO – Associação Municipal do Oeste; VFCI - Veículo Florestal de Combate a Incêndios; VRCI - Veículo Rural de Combate a Incêndios; VCC – Veículo de comando e comunicações; VAL - .Veículo de apoio logístico; VT – Veículo tanque; VCOT – Veículo de comando táctico.

Os elementos indicados no quadro anterior correspondem aos dados fornecidos pelas diferentes entidades em sede de CMDF. Porém, estes recursos poderão sofrer alterações anualmente.

Este ano, durante a época de incêndios, para garantir a vigilância, detecção, rescaldo e Vigilância Pós incêndio, poder-se-á contar com a Equipa de Sapadores Florestais Municipal.

A AFN informou não possuir equipas de 1ª intervenção ou vigilância para a área do concelho de Torres Vedras.

A GNR possui uma equipa de NPA, com 4 elementos, no concelho. Os quais fazem vigilância em todo território concelhio, durante todo o ano, mas intensificam essa actividade no período crítico e nas freguesias mais críticas nomeadamente Maxial, Ramalhal, Outeiro da Cabeça, Monte Redondo e Maceira, quando necessário pode haver um reforço da vigilância com elementos da GNR.

Os Guardas das Associações de Caçadores do Concelho, desde 2006, têm colaborado com a autarquia, durante o período crítico, nas acções de vigilância e detecção de incêndios florestais, esta colaboração é feita nas zonas de caça (estas ocupam a maioria da superfície do concelho).

Os bombeiros voluntários na época estival de 2009 tiveram um reforço de 19 elementos permanentes nas acções de primeira intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio, contudo existem outros voluntários que em caso de chamados comparecem e complementam as restantes viaturas. Fora do período crítico, os BVTV possuem os recursos humanos habituais para responder a qualquer situação. Para período crítico de 2010 ainda não foi definido pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) o reforço.

A AFOCELCA é uma sociedade de protecção contra incêndios florestais, constituída pelos grupos Portucel/Soporcel e Silvicaíma.

Dispõe de uma central de comunicações/operações na Leirosa, e de vários meios terrestres e aéreos pelo país, durante a época de incêndios. Ambos os grupos possuem a gestão de uma área florestal significativa no concelho, assim este ano vão ter disponível uma equipa ligeira, com 5 elementos, localizada na Serra Socorro, a qual vai fazer vigilância, detecção, 1ª intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio. Para além desta equipa, podem ser deslocados outros meios pela Central de Comunicações para qualquer local a menos de 30 minutos de distância sempre que as informações do CDOS, ou directamente pela estrutura das empresas associadas da AFOCELCA informe qualquer foco de incêndio a 500m do património à sua responsabilidade para Protecção Contra Incêndios.

Os meios da AFOCELCA, previstos para 2010, localizados próximo do concelho são os seguintes:

- 1 Semi -pesado c/4000l e 6 elementos localizado no Posto Vigia Alcoentre;
- 1 Ligeiro 4X4 c/550l e 4 elementos localizada nos Moinhos da Serra dos Candeeiros em Rio Maior;
- 1 Brigada Helitransportada localizada na Caniceira;
- 1 Helicóptero localizado na Caniceira

Os dados fornecidos pela AFOCELCA são ainda provisórios, uma vez que o seu Plano de distribuição definitivo para 2010 ainda não está ultimado, pelo que pode sofrer alterações em consequência de mudanças circunstanciais das condições Climatéricas ou operacionais.

A Junta de Freguesia de Outeiro da Cabeça após aprovação de uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente (FFP) possui equipamento de primeira intervenção no combate a incêndios, o que constitui uma mais valia, uma vez que permite melhorar a 1ª intervenção através da redução do tempo de actuação.

Quadro 8. Meios complementares de apoio ao combate

DESCRIÇÃO DA MAQUINARIA PESADA	QUANTIDADE DE MAQUINARIA	CUSTO DE ALUGUER (€/Hora + IVA)	PROPRIETÁRIO	Contacto	LOCALIZAÇÃO
Retro escavadoras	5	-	CMTV	261 320 482/ 918 773 385	Torres Vedras
Autotanques	2	-			
Tractores cisterna	4	-			
Retro escavadoras	7	-	SMAS	261 336 500	
Autotanques	1	-			
Tractores cisterna	2	-			

O Quadro 8 apresenta o inventário dos meios complementares de apoio ao combate, da autarquia e dos SMAS, a mobilizar em caso de necessidade para apoio às operações dos bombeiros ou para a construção de aceiros que permitam melhor desempenho dos Bombeiros no combate aos incêndios. No anexo III e mapa 13 apresentam-se todos os meios complementares.

O quadro seguinte apresenta as entidades responsáveis e respectivas competências pela DFCI no Concelho de Torres Vedras.

Quadro 9. Dispositivos operacionais de DFCI - funções e responsabilidades .

ENTIDADES	Áreas e vertentes Dec-lei 17/2009 e	Prevenção estrutural			Prevenção				Combate			
	Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006	Planeamento DFCI	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
AFN	Subdirecção de DFCI	nac / dist / mun		nac / mun / loc								
	Prevenção Estrutural de Lisboa e Vale do Tejo	reg / loc										
Indústrias Florestais	Portucel/Soporcel e Silvicaíma	loc										
	AFOCELCA (meios aéreos e equipas de 1ª intervenção)				loc	loc			loc	loc	loc	loc
Associações de produtores florestais	APAS Floresta	loc	loc	reg / mun / loc								
	FLOREST	loc	loc	reg / mun / loc								
Outros proprietários e gestores florestais		loc	loc									
Municípios	CMDF/GTF	mun		mun / loc								
	SMPC	mun		mun / loc								
	Sapadores Florestais - SF 08-16B Torres Vedras		loc	mun/loc	mun / loc	mun / loc	mun / loc		mun / loc		mun / loc	mun / loc
	Outros serviços municipais			mun / loc								
Juntas de Freguesia	J.F. Outeiro da Cabeça											
Associações de caçadores												
Governos Cívicos		dist		dist								
GNR	GIPS			dist	dist	dist	dist		dist	dist	dist	dist
	NPA			reg / mun / loc	reg / mun / loc	reg / mun / loc	reg / mun / loc	reg / mun / loc				

ENTIDADES	Áreas e vertentes Dec-lei 17/2009 e	Prevenção estrutural			Prevenção				Combate			
	Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006	Planeamento DFCI	Organização do território, silvicultura e infraestruturas	Sensibilização e divulgação	Vigilância e patrulhamento	Deteção	Fiscalização	Investigação de causas	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância pós-incêndio
PSP												
Polícia Judiciária												
Polícia Marítima												
ANPC	CNOS / meios aéreos	nac		nac					nac	nac	nac	nac
	CDOS	dist							dist	dist	dist	dist
BVTV												
Municípios, proprietários florestais e visitantes												

Legenda das siglas:

nac - nível nacional

reg - nível regional

dist - nível distrital


mun - nível municipal

loc - nível local

Legenda das cores:

 Sem intervenção significativa

 Com competências significativas

 Com competências de coordenação

 Deveres cívicos

A AFN no âmbito dos objectivos definidos pelo PNDFCI (Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2005, de 26 de Maio) coordena as acções de prevenção estrutural nomeadamente o planeamento DFCI, a organização do território, silvicultura e infraestruturas e a sensibilização e divulgação.

A GNR coordena as acções de vigilância, patrulhamento, detecção e fiscalização

A coordenação da investigação das causas dos incêndios florestais é da competência da Polícia Judiciária.

A Polícia de Segurança Pública (PSP) actua apenas na área territorial que lhe está afectada, concretamente a cidade de Torres Vedras.

A ANPC e os BVTV coordenam as acções de combate (1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio)

5.2. Dispositivo Operacional de DFCI

Seguidamente são apresentados os Dispositivos Operacionais DFCI para o concelho de Torres Vedras, nomeadamente, o Esquema de Comunicações dos Alertas Amarelo e Laranja e Procedimentos de Actuação nos Alertas Amarelo, Laranja e Vermelho.

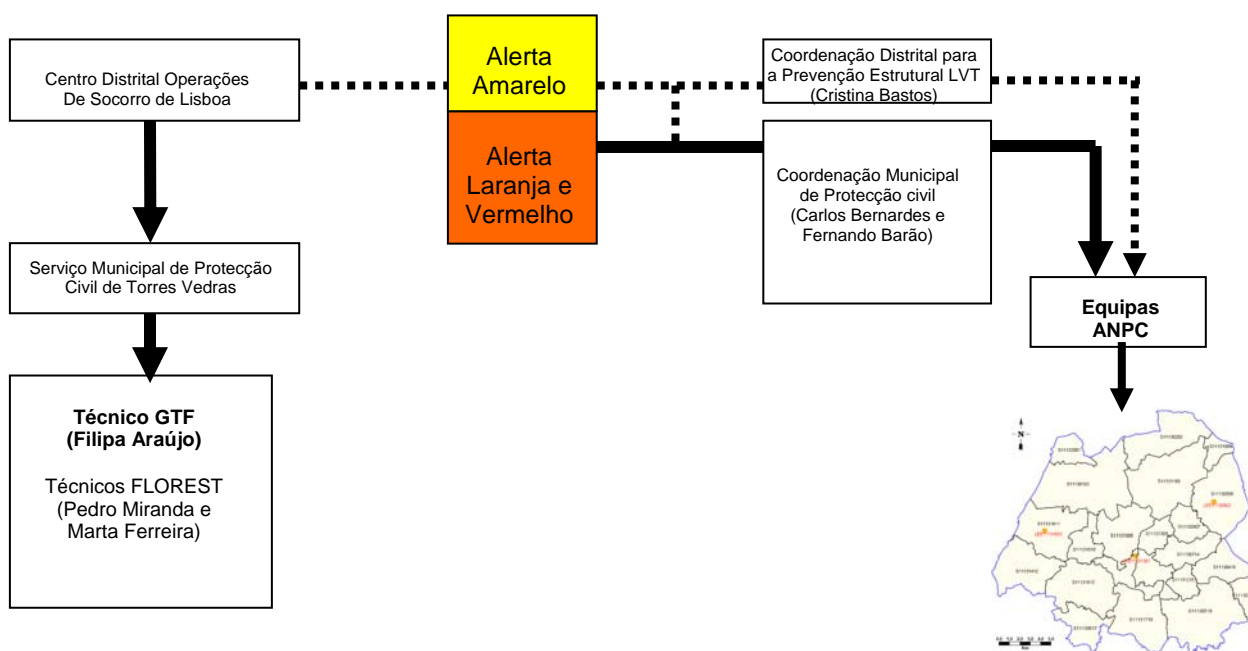


Figura 5. Esquema de Comunicação do alerta Amarelo e Laranja do Concelho de Torres Vedras.

O esquema de comunicações do alerta Laranja e Amarelo do Concelho foi elaborado de acordo com os meios existentes. Em termos de disponibilidade de meios (durante o período crítico), os dois alertas funcionam apenas para ter conhecimento do risco de incêndio, uma vez que os meios disponíveis pelas várias entidades são os mesmos.

A comunicação diária, em tempo real, dos níveis de alerta ao Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) compete ao Centro Distrital de Operações de Socorro (CDOS). Por sua vez, o SMPC, fará a sua divulgação junto das entidades competentes.

Quadro 10. Procedimentos de actuação nos alertas amarelo, laranja e vermelho.

PROCEDIMENTOS DE ACTUAÇÃO ENTIDADES		Alerta Amarelo				Alerta Laranja e Vermelho			
		Actividades	Horário	N.º mínimo de elementos	Locais Estratégicos de Posicionamento	Actividades	Horário	N.º mínimo de elementos	Locais Estratégicos de Posicionamento
BVTV		1ª Intervenção, combate e rescaldo	24h	19	Quartel BVTV	1ª Intervenção, combate e rescaldo	24h	14	Quartel BVTV
Sapadores Florestais - SF 08-16B Torres Vedras		Vigilância, detecção, 1ª Intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio	8h30-16h30	5	Outeiro da Cabeça (depósito água)	Vigilância, detecção, 1ª Intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio	8h30-16h30	5	Outeiro da Cabeça (depósito água)
GNR	NPA	Fiscalização, vigilância, detecção e despistagem das causas	Inopinado	4	Destacamento da GNR	Fiscalização, vigilância, detecção e despistagem das causas	Inopinado	3/5	Destacamento da GNR
AFOCELCA		Vigilância, detecção, 1ª Intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio	10h - 20h	5	Serra do Socorro	Vigilância, detecção, 1ª Intervenção, rescaldo e vigilância pós-incêndio	10hj - 20h	5	Serra do Socorro
J.F. Outeiro da Cabeça		Vigilância e 1ª Intervenção	9h - 17h	1/2	xxx	1ª Intervenção	9h - 17h	1/2	xxx

Quadro 11. Lista Geral de Contactos.

ENTIDADE	SERVIÇO	CARGO	NOME DO RESPONSÁVEL	TELEMÓVEL	TELEFONE	FAX	E-MAIL
Câmara Municipal	CMDFCI	Presidente da CMDFCI	Carlos Bernardes	919545266	261320734	261320752	carlosbernardes@cm-tvedras.pt
		Vice-Presidente	Carlos Bernardes	919545266	261320734	261320752	carlosbernardes@cm-tvedras.pt
		Vereador da Protecção Civil	Carlos Bernardes	919545266	261320734	261320752	carlosbernardes@cm-tvedras.pt
	SMPC	Presidente da Câmara	Carlos Miguel	918773317	261310450	261310422	carlos.miguel@cm-tvedras.pt
		Vereador da Protecção Civil	Carlos Bernardes	919545266	261320734	261320752	carlosbernardes@cm-tvedras.pt
		Comandante Operacional Municipal	Fernando Barão	919367402	261320764	261320752	com1.bvttorresvedras@gmail.com
		Técnico	Sergio Morais	918773330	261320764	261320752	sergiomorais@cm-tvedras.pt
	GTF	Chefe de Divisão	Sandra Pedro	918773385	261310482	261320752	sandra.pedro@cm-tvedras.pt
		Técnico	Filipa Araújo	919045850	261320731	261320752	FilipaAraujo@cm-tvedras.pt
		Equipa Sapadores		910001374	261320731	261320752	
Corpos de Bombeiros	BVTV	Comandante	Fernando Barão	919367402	261322122	261327151	com1.bvttorresvedras@gmail.com
		2º Comandante	Rogério Cunha	917622596	261322122	261327151	com.bvttorresvedras@gmail.com
		Adjunto de Comando	Tomas Silva	919536037	261322122	261327151	com.bvttorresvedras@gmail.com
		Adjunto de Comando	Luís Martinho	919070167	261322122	261327151	com.bvttorresvedras@gmail.com
GNR	CMDFCI	Tenente	Fernando Alves	961192248	261337140	261337148	alves.fcd@gnr.pt
	NPA	Chefe NPA	Cabo Malveiro	961192302	261337140	261337148	
		NPA	Cabo Rodrigues				
		NPA	Soldado Matos				
		NPA	Soldado Filipe				
	GIPS		Tenente Pinto	961188040			
		Vigias	Posto de Vigia				
Junta de Freguesia	CMDFCI	Representantes	António J. E. Santo	917673906	261911432	261911432	jframahal@mail.telepac.pt
		Presidente	Junta Freguesia Ramalhal	917673906	261911432	261911432	jframahal@mail.telepac.pt
AFN	Prevenção Estrutural de Lisboa e Vale do Tejo	Coordenadora Regional	Paula Isabel Alves	962595474	213124924	213124987	paulaisabel@afn.min-agricultura.pt
		Coordenadora Distrital	Cristina Bastos		219249882	219243530	cristinabastos@afn.min-agricultura.pt
CDOS		Comandante Distrital	Elísio Oliveira		218820117	218867738	
Organização de Produtores Florestais	FLOREST	Director para Torres Vedras	Miguel Guisado	917260833	261315085	261315085	florest@telepac.pt
		Coordenador	Pedro Miranda	912580949	263978094	263978094	pvmiranda@florest.pt
		Técnico	Marta Ferreira	914871503	263978094	263978094	mm.ferreira@florest.pt
PSP	CMDFCI	Comissário	Daniel Leonardo		261330770	261330789	dcleonardo@psp.pt
Exército Português	Escola Prática de Infantaria	Chefe da Secção de Operações	Major Álvaro Campeão	969362790	261812105-Extensão 420456	261811601	campeao.amtc@mail.exercito.pt
ICNB	Parque Natural de Sintra-Cascais		Francisco Correia	932735607	219247221	219247227	
Concelho Cinegético Municipal	CMDFCI	Representante	António Filipe Santos	916155746	261951315	261951315	jfturcifal@sapo.pt
Aliança Florestal	CMDFCI	Representante	António Colaço	965232195		241890272	antonio.colaco@portucelsoporcel.com
Silvicaima	CMDFCI	Representante	João Reis	962980326	262965100	262965109	JReis@altri.pt
AFOCELCA	Centro Operacional				233955610	233955825	mail@afocelca.com

Quadro 12. Lista de Contactos das Juntas de Freguesia.

ENTIDADE	SERVIÇO	CARGO	NOME DO RESPONSÁVEL	TELEMÓVEL	TELEFONE	FAX	E-MAIL
Juntas de Freguesia	A-dos-Cunhados	Presidente	Cristina Abreu	918 576 361	261 981 546	261 982 749	geral.juntaadc@gmail.com
	Campelos	Presidente	Natalina Luis	917 344 397	261 430 200	261 437 907	jfcampelos@mail.telepac.pt natalinaluis09@gmail.com
	Carvoeira	Presidente	José Cristóvão	965 257 743	261 743 217	261 742 103	jfcarvoeira@mail.telepac.pt
	Dois Portos	Presidente	João Tomás	934 231 061	261 712 190	261 712 742	jfdoisportos@gmail.com geral@jfdoisportos.pt
	Freiria	Presidente	Paulo Marreneca	963 460 186	261 961 383	261 961 141	geral@freguesia-freiria.pt
	Maceira	Presidente	Francisco João Inácio	936 340 755	261 980 130	261 980 135	jfmaceira@cyclopnet.pt
	Matacães	Presidente	Mário Lopes	918 776 342	261 326 503	261 326 503	freguesiamatacaes@sapo.pt jfmatacaes@mail.telepac.pt
	Maxial	Presidente	Celso Carvalho	961 304 817	261 915 239	261 919 186	junta-maxial@mail.telepac.pt
	Monte Redondo	Presidente	Matias	966 335 793	261 315 690	261 323 135	junta@monteredondo.pt
	Outeiro da Cabeça	Presidente	José Antunes	919 008 591	261 921 325	261 928 019	freguesia_o.cabeca@iol.pt ou jfouteiro@mail.telepac.pt
	Ponte do Rol	Presidente	Pedro Santos	968 492 324 966 883 541	261 331 318	261 332 512	geral@freguesiaponterol.mail.pt
	Ramalhal	Presidente	António Espírito Santo	917 673 906	261 911 432	261 911 432	jframalhal@mail.telepac.pt
	Runa	Presidente	José Margaça	961 101 757	261 314 054	261 326 116	junta.runa@cyclopnet.pt
	Santa Maria e S. Miguel	Presidente	Horácio Silva	934 608 025	261 330 380	261 330 381	juntasmariatv@mail.telepac.pt
	Carmões	Presidente	Sérgio Gomes	966 513 502	261 743 749	261 743 749	jfsdcarmoes@sapo.pt
	São Pedro da Cadeira	Presidente	Carlos Gomes	962 333 107	261 857 109	261 858 748	geral@saopedrodacadeira.pt
	São Pedro e Santiago	Presidente	Francisco Martins	919 427 490 961 581 680	261 339 130	261 339 135	freg.spedro.santiago@sapo.pt
	Silveira	Presidente	Mário Miranda	937 201 135	261 937 248	261 938 559	geral@jf-silveira.pt
	Turcifal	Presidente	António Filipe Santos	916 155 746	261 951 315	261 958 320	jfturcifal@sapo.pt
	Ventosa	Presidente	Carlos Veloso	969 066 159	261 950 430	261 950 439	jfventosa@sapo.pt

5.3. Vigilância e Detecção

A vigilância dos espaços rurais visa contribuir para a redução do número de ocorrências de incêndios florestais, identificando potenciais agentes causadores e dissuadindo comportamentos que propiciem a ocorrência de incêndios.

Os Postos de Vigia visam assegurar a detecção imediata de um foco de incêndio, a sua localização e a comunicação rápida da ocorrência às entidades responsáveis pela 1ª intervenção.

Actualmente no concelho de Torres Vedras, existe somente um posto de vigia, situado na freguesia do Monte Redondo (Mapa 7 do Anexo I). Para além deste posto, o concelho é também visualizado a partir dos postos fixos da Tapada de Mafra e do Cabeço de Montachique, bem como do posto móvel no alto da Serra do Socorro, assegurado pela equipa da AFOCELCA. Este ano teremos, ainda, o posto móvel de Outeiro da Cabeça (depósito da água) assegurado pela Equipa de Sapadores Florestais Municipal.

Relativamente às Bacias de Visibilidade, as zonas a vermelho correspondem a 23% da área total do concelho (9.449 ha). Estas zonas encontram-se ocultas dos postos de vigia existentes. As áreas demarcadas a laranja correspondem a 53% da área total concelhia (21.752 ha) e são visíveis apenas por 1 posto de vigia, o que impossibilita a triangulação, essencial à rigorosa localização dos focos de incêndio. As áreas demarcadas a salmão correspondem a 6% da área total (2.513 ha). Estas áreas são visíveis de dois postos de vigia. Por último, as zonas demarcadas a amarelo, têm uma área de 6.998 ha – 17 % da área total do concelho, e são visíveis de 3 postos de vigia.

Dado que, para se obter a localização exacta de um determinado ponto, este deve ser visível de pelo menos três postos distintos e, tendo em conta a baixa percentagem das zonas demarcadas a amarelo, conclui-se que existem insuficientes postos de vigia no concelho.

No que diz respeito à rede secundária de vigilância fixa, existe um Sistema de vídeo – vigilância operacional em toda a região Oeste. Este sistema permite abranger todo o Oeste e manchas florestais contíguas, com um grau de cobertura muito alto, tendo o concelho de Torres Vedras um sistema de vídeo instalado na Serra da Vila, freguesia de Santa Maria.

Os CDOS de Lisboa e Leiria serão as entidades responsáveis pela utilização do referido sistema de vídeo - vigilância, uma vez que são os organismos que têm à sua responsabilidade as operações de combate de incêndios.

A rápida intervenção, em caso de ocorrência de fogo, é uma condição fundamental em matéria de protecção das florestas contra incêndios. É, portanto, essencial que todos os fogos sejam detectados logo no seu início. Segundo a alínea a) do ponto 3 do Decreto-lei nº 124/2006, de 28 de Junho, na sua actual redacção, qualquer pessoa que detecte um incêndio é obrigado a alertar de imediato as entidades competentes.

Não são definidos locais estratégicos de estacionamento para a vigilância, as únicas entidades que fazem a vigilância móvel e detecção com regularidade são a Equipa de Sapadores Florestais Municipal, a GNR e a AFOCELCA. As associações de caçadores também fazem vigilância no decorrer das suas actividades de fiscalização diárias.

Entende-se que em termos de vigilância tem maior poder dissuasor a circulação de todas as entidades por todo o território, de uma forma aleatória, dentro dos seus horários.

A coordenação dos sistemas de vigilância móvel compete à equipa da Guarda Nacional Republicana (serviço NPA) sedeadada no posto de Torres Vedras. Os meios humanos disponíveis desta equipa são 4 e o seu horário de actuação é inopinado.

A vigilância terrestre móvel é um complemento da rede de vigilância fixa, e é desenhada e articulada ao nível do Município segundo áreas de intervenção preferencial de actuação à vigilância. A vigilância móvel realizada pelo NPA é efectuada em função da disponibilidade e essencialmente nas “áreas sombra” apresentadas no Mapa da Rede de Postos de Vigia e Bacias de Visibilidade e com maior área florestal. Assim a vigilância realizada pela GNR/NPA vai ser essencialmente nas freguesias de Ramalhal, Outeiro da Cabeça, Monte Redondo, Maxial e Maceira.

Este ano, durante a época de incêndios, pela primeira vez para garantir a vigilância e detecção teremos a Equipa de Sapadores Florestais Municipal, localizada no Outeiro da Cabeça (depósito da água), que irá abranger, Campelos, Outeiro da Cabeça, Ramalhal e Maxial. Pode-se ainda contar com a vigilância e detecção efectuada por uma equipa de 5 elementos da AFOCELCA, a qual vai estar localizada na Serra do Socorro, uma vez que este ponto para além de ser crítico permite também uma grande visibilidade do restante território face à sua altitude.

No âmbito do protocolo estabelecido com as 12 Associações de Caçadores do concelho de Torres Vedras assumiu-se o compromisso destas associações colaborarem na vigilância e detecção de incêndios, nas zonas de caça do concelho, em articulação com o SMPC e os BVTV. Os guardas florestais auxiliares contratados para a fiscalização das zonas de caça têm competência para o policiamento e fiscalização das zonas de caça, no decorrer dessas actividades e através do protocolo estabelecido com a autarquia efectuem também vigilância de incêndios, quando detectam algum ponto de início dão o alerta para os BVTV ou para o 117. No mapa 8 do anexo I, apresenta-se as áreas de actuação das associações de caçadores, cada associação possui 1 ou 2 guardas.

5.4. Primeira Intervenção

Os factores de sucesso intrínsecos à 1ª Intervenção são, essencialmente, a mobilidade e a rapidez de intervenção de meios devidamente dimensionados ao risco e guarnecidos por elementos com a formação adequada.

A solicitação para a primeira intervenção é feita de duas formas: através do alerta directo à central dos BVTV, por parte de populares ou outras entidades, ou por informação proveniente do CDOS. A autarquia possui um plano de comunicações próprio, que consiste numa rede de rádios que permite a comunicação entre as diferentes entidades (BVTV e respectivas secções, SMPC, forças de segurança e hospital). Este sistema é fundamental na coordenação de meios para o combate, rescaldo e vigilância pós – incêndio.

As entidades que fazem a primeira intervenção, no concelho de Torres Vedras, são o corpo dos BVTV e as suas 2 secções (Maxial e Silveira), a Equipa de Sapadores Florestais Municipal, a equipa da AFOCELCA e a Junta de Freguesia de Outeiro da Cabeça.

Conforme assinalado no mapa 9 do anexo I e, de acordo com os locais estratégicos de estacionamento a 1ª intervenção, em caso de incêndio na freguesia do Maxial, é feita pela Secção do Maxial dos BVTV. Caso o incêndio se localize na freguesia da Silveira, a 1ª intervenção é feita pela Secção dos BVTV da Silveira. Nas freguesias de Turcifal e Dois Portos a 1ª intervenção pode ser feita pela Equipa da AFOCELCA ou pelos BVTV, de acordo com a disponibilidade. Nas freguesias de Outeiro da Cabeça, Campelos e Ramalhal a 1ª intervenção pode ser feita pela equipa de Sapadores Florestais Municipal, na área da freguesia de Outeiro da Cabeça a 1ª intervenção pode, também, ser efectuada com o apoio da Junta. Nas restantes freguesias do concelho é realizada pelo corpo dos BVTV da cidade.

5.5. Combate

A capacidade e o tempo de resposta no emprego dos meios terrestres e a utilização de estratégias que envolvam capacidade de previsão e de intervenção indirecta por pessoal e máquinas, são assentes em esquemas de formação e directivas de operação adequadas sendo fundamentais para o sucesso de qualquer operação de combate.

No mapa 10 do anexo I apresenta-se as entidades responsáveis pelo combate, por sectores e os respectivos locais estratégicos de estacionamento.

No concelho de Torres Vedras, a responsabilidade do combate aos fogos é da corporação dos BVTV. Os locais estratégicos de estacionamento para o combate são o quartel, face à informação prestada pelo Comandante dos BVTV e que se transcreve:

“Em virtude da cidade estar situada na parte central do concelho, assim como o comando dos bombeiros, a distância a percorrer é idêntica para toda a área territorial, o que não aconteceria se os meios fossem deslocados para uma zona específica do concelho, pois em caso de incêndio na zona oposta, o tempo de chegada seria bastante retardado, em virtude do desvio de meios”.

Na freguesia do Maxial, uma das mais críticas do concelho, em termos de risco de incêndio, devido à extensa mancha de eucalipto, existe uma secção de bombeiros que garante uma primeira intervenção rápida naquela freguesia e limítrofes.

No período crítico, os BVTV têm disponíveis 3 equipas de combate a incêndios, com 5 homens por equipa. Para apoio ao combate, possui 2 equipas logísticas com 2 homens por equipa. No total perfazem 19 homens. Accionado o alarme, mobiliza-se uma equipa ou duas de ECIN, consoante a zona onde deflagrou o incêndio seja ou não considerada de risco elevado. De imediato, iniciam-se as acções de 1ª intervenção e combate.

O comando das operações de combate é da competência do Comandante do Corpo de BVTV, que acumula as funções de Comandante Operacional Municipal. Aquando da sua ausência, dado que existe nos BVTV, uma hierarquia própria, encontra-se sempre um elemento do Comando no local do sinistro.

Caso se justifique, e o Comandante do Corpo de BVTV considere necessário, a Equipa de Sapadores Florestais Municipal, pode colaborar no apoio ao combate.

Quando a situação de incêndio evolua, no sentido de ser considerado de grande gravidade, é de imediato contactado o Vereador responsável pelo Pelouro do SMPC, que efectuará o acompanhamento da situação e a mobilização dos mais variados meios do município, para apoio às operações de socorro e combate.

5.6. Rescaldo e Vigilância Pós-Incêndio

O rescaldo é uma fase crucial do combate pelo que, o responsável da operação tem de garantir a sua correcta e eficaz execução, devendo ser efectuada cuidadosa e rapidamente de modo a evitar eventuais reacendimentos.

O rescaldo faz parte integrante do combate ao incêndio, sendo efectuado pela equipa que se encontra no combate directo às chamas. Esta equipa só abandona o local depois de assegurar que eliminou toda a combustão na área ardida, ou quando o material, ainda em combustão, se encontra devidamente isolado e circunscrito, não constituindo assim perigo de reacendimento. Quando o Comandante das Operações de Socorro solicitar a presença de maquinaria pesada para as acções de rescaldo, estas irão ser disponibilizadas contando com a colaboração do SMPC.

O rescaldo poderá ser realizado com apoio da Equipa de Sapadores Florestais Municipal.

A vigilância pós-incêndio deve ser garantida pelo responsável da operação através dos elementos dos bombeiros presente no Teatro de Operações (TO) de modo a ser possível intervir rapidamente em situação de eventual reacendimento. Preferencialmente, esta vigilância deverá ser efectuada por elementos que tiveram uma participação menos activa no combate.

Este ano uma mais valia vai ser a equipa da AFOCELCA que irá realizar também operações de rescaldo e vigilância pós-incêndio.

No mapa 11 do anexo I apresenta-se as entidades responsáveis pelo rescaldo e vigilância pós-incêndio, por sectores e os respectivos locais estratégicos de estacionamento.

5.7. Apoio ao Combate

Para que se possa ter um apoio ao combate eficaz é necessário haver um conjunto de infra-estruturas (faixas de gestão de combustível executadas, rede viária e rede de pontos de água operacionais).

Também é necessário fazer um levantamento dos meios e recursos que o Município tem disponível para efectivar o seu apoio ao combate.

Assim foi efectuado ao nível Municipal os seguintes levantamentos;

- Recursos dos Bombeiros Voluntários de Torres Vedras (materiais e efectivos mobilizáveis), com vista à avaliação da sua capacidade operacional.
- Recursos do Município de Torres Vedras das máquinas bulldozer e porta máquinas existentes (Câmara Municipal e particulares), de modo a serem promovidas políticas de colaboração, ou a elaboração de contratos de aluguer, entre a estrutura de combate no concelho e os proprietários, para utilização daqueles meios em situações que assim o justifiquem.
- Meios Municipais logísticos e de apoio ao combate.
- Infra – estruturas de apoio ao combate.
- Meios privados de apoio ao combate.

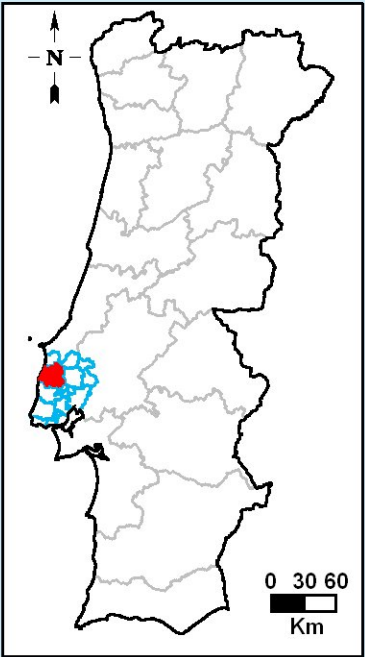
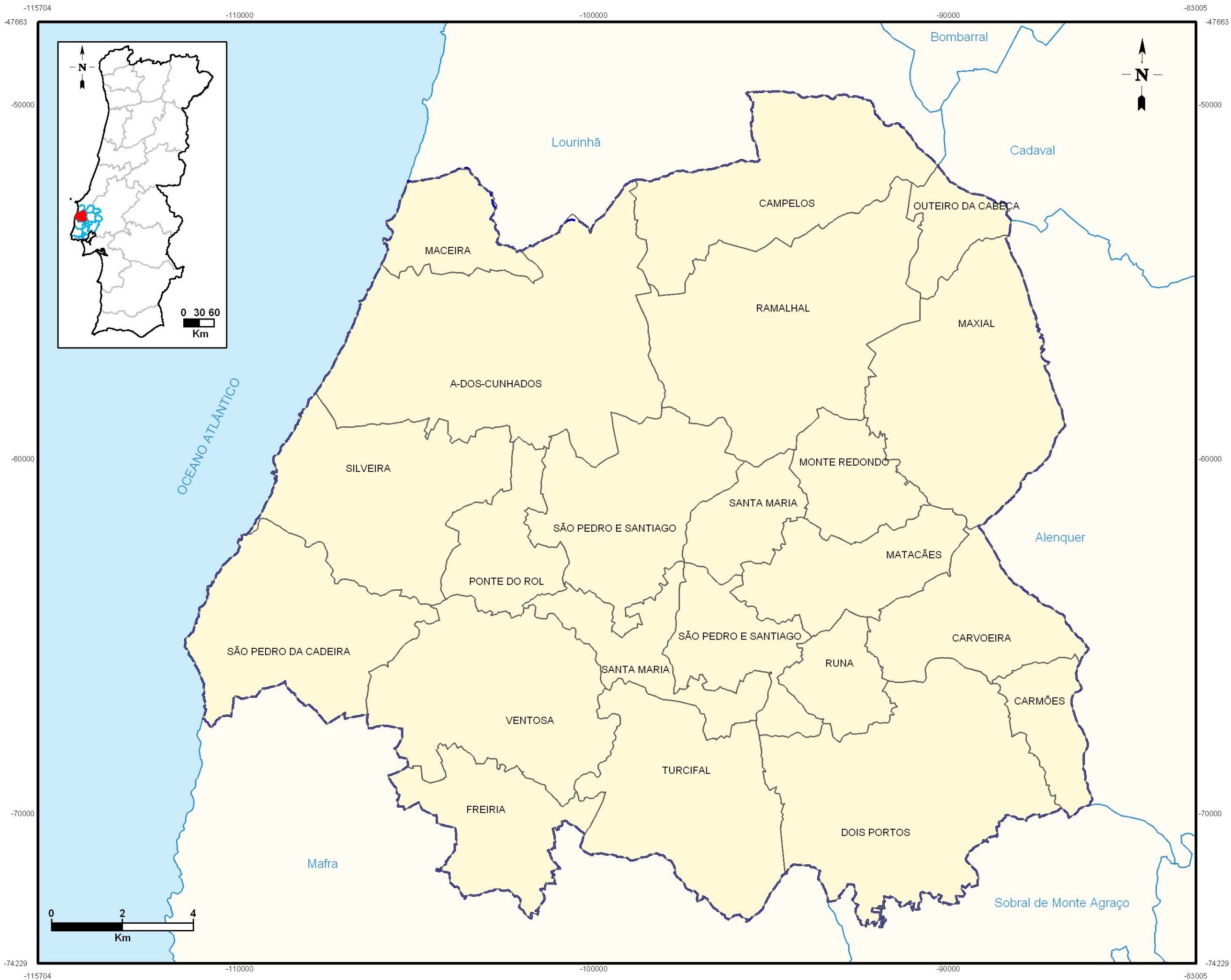
Realizado o levantamento destes meios e recursos ao nível Municipal, importa assegurar a sua rápida mobilização sempre que se justifique.

Foi, também, efectuado o levantamento de indústrias emissoras de colunas de fumo, de forma a, evitar falsos alertas relativos a esses pontos.

Os Mapas de Apoio ao Combate (mapa 12 e 13 do anexo I) incorporam todas as infra-estruturas que se consideram essenciais para o apoio ao combate.

ANEXO I

CARTOGRAFIA



MAPA DO ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelho de Torres Vedras
- Concelhos
- Freguesias

ENQUADRAMENTO NACIONAL

- Portugal
- Distritos
- Concelhos
- Torres Vedras

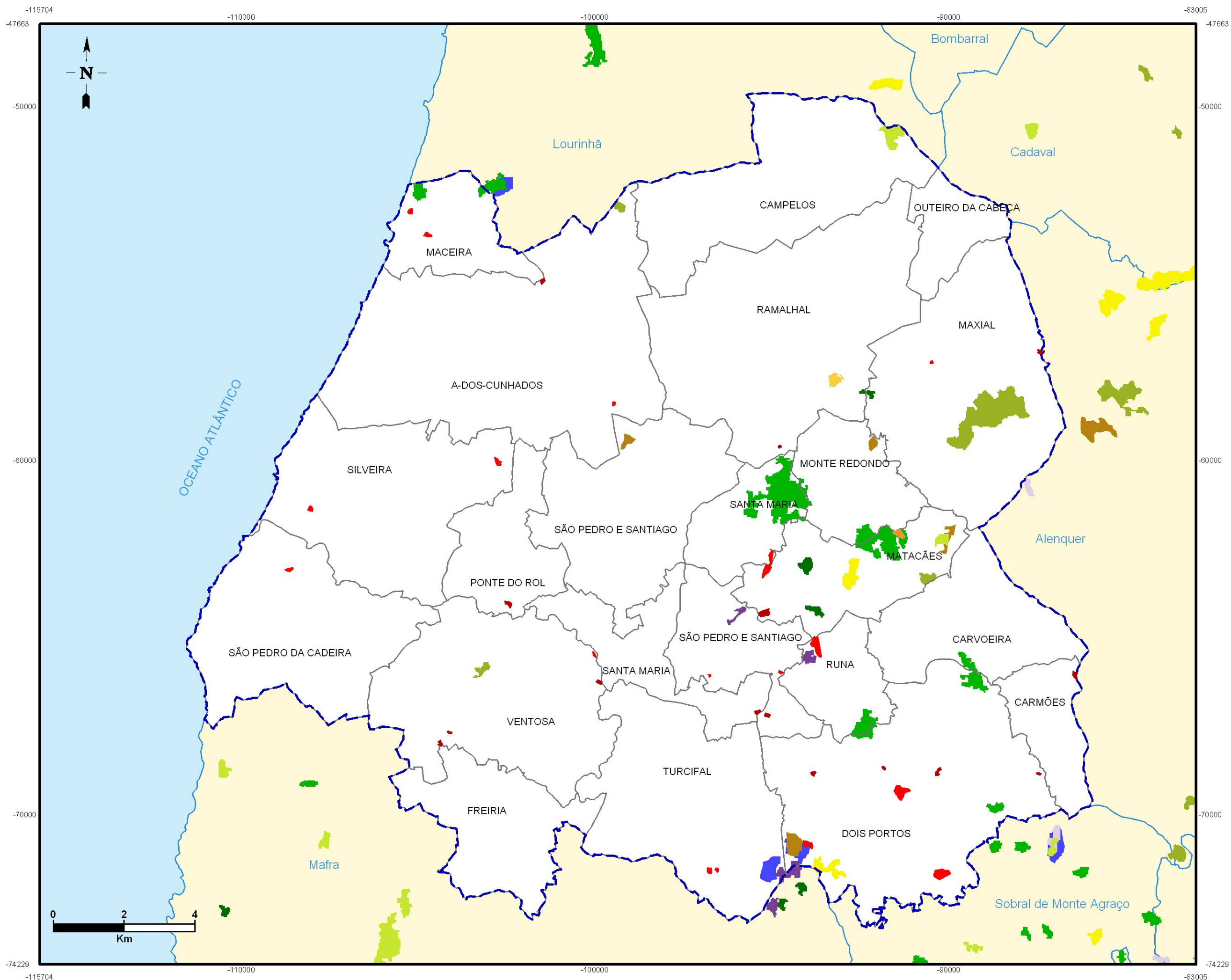
Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

Fonte(s):
IGP
Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010



MAPA N.º 01



MAPA DAS ÁREAS
ARDIDAS DO CONCELHO
DE TORRES VEDRAS,
Lourinhã, Bombarral,
Cadaval, Alenquer, Mafra
e Sobral de Monte Agraço
(1990-2008)

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

ÁREAS ARDIDAS

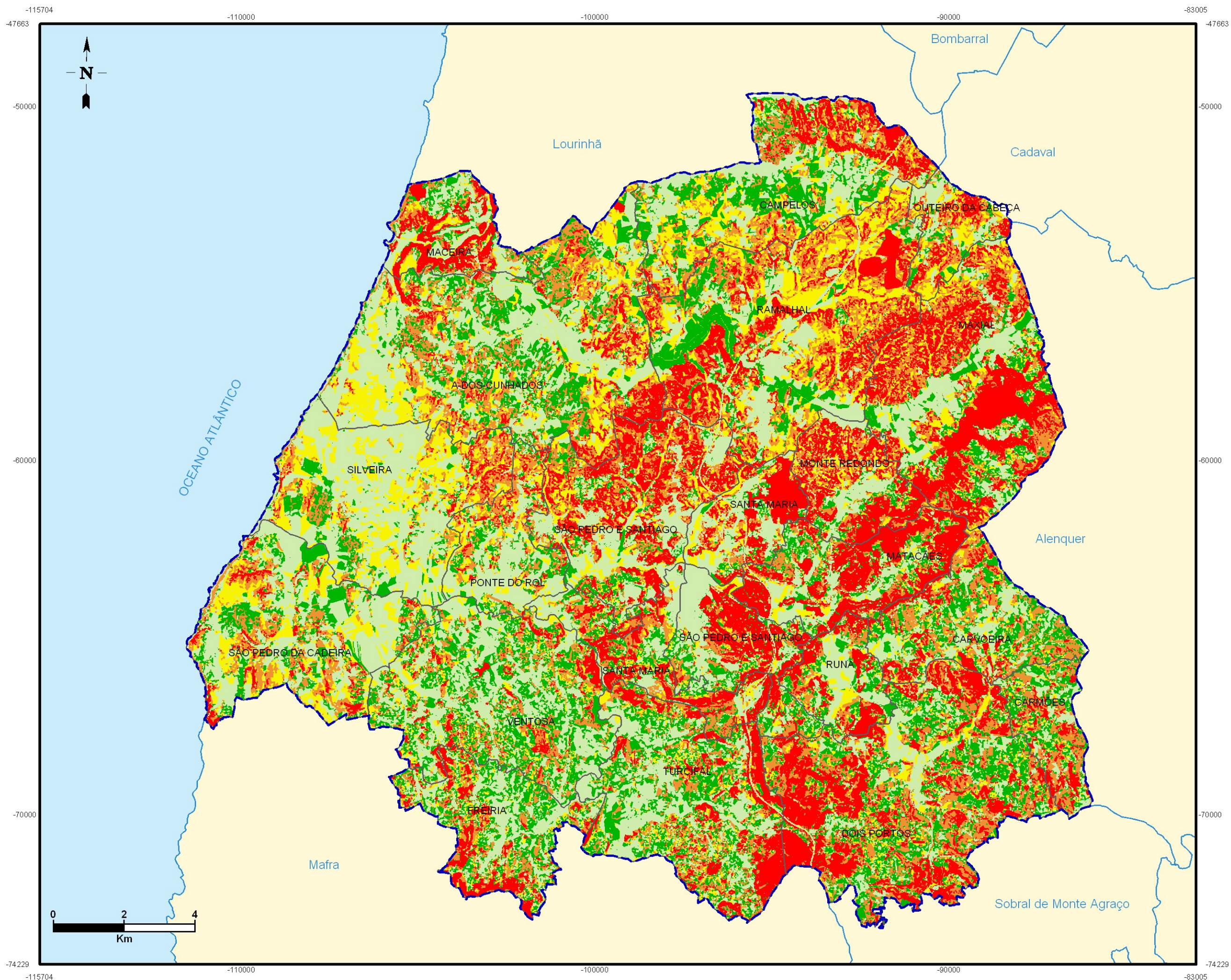
- 2009
- 2008
- 2007
- 2006
- 2005
- 2004
- 2003
- 2002
- 2001
- 2000
- 1999
- 1998
- 1997
- 1996
- 1995
- 1994
- 1993
- 1992
- 1991
- 1990

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

Fonte(s):
AFN
CMTV

Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010



MAPA DE PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO FLORESTAL DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

PERIGOSIDADE DE INCÊNDIO

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Alta
- Muito alta

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

Fonte(s):

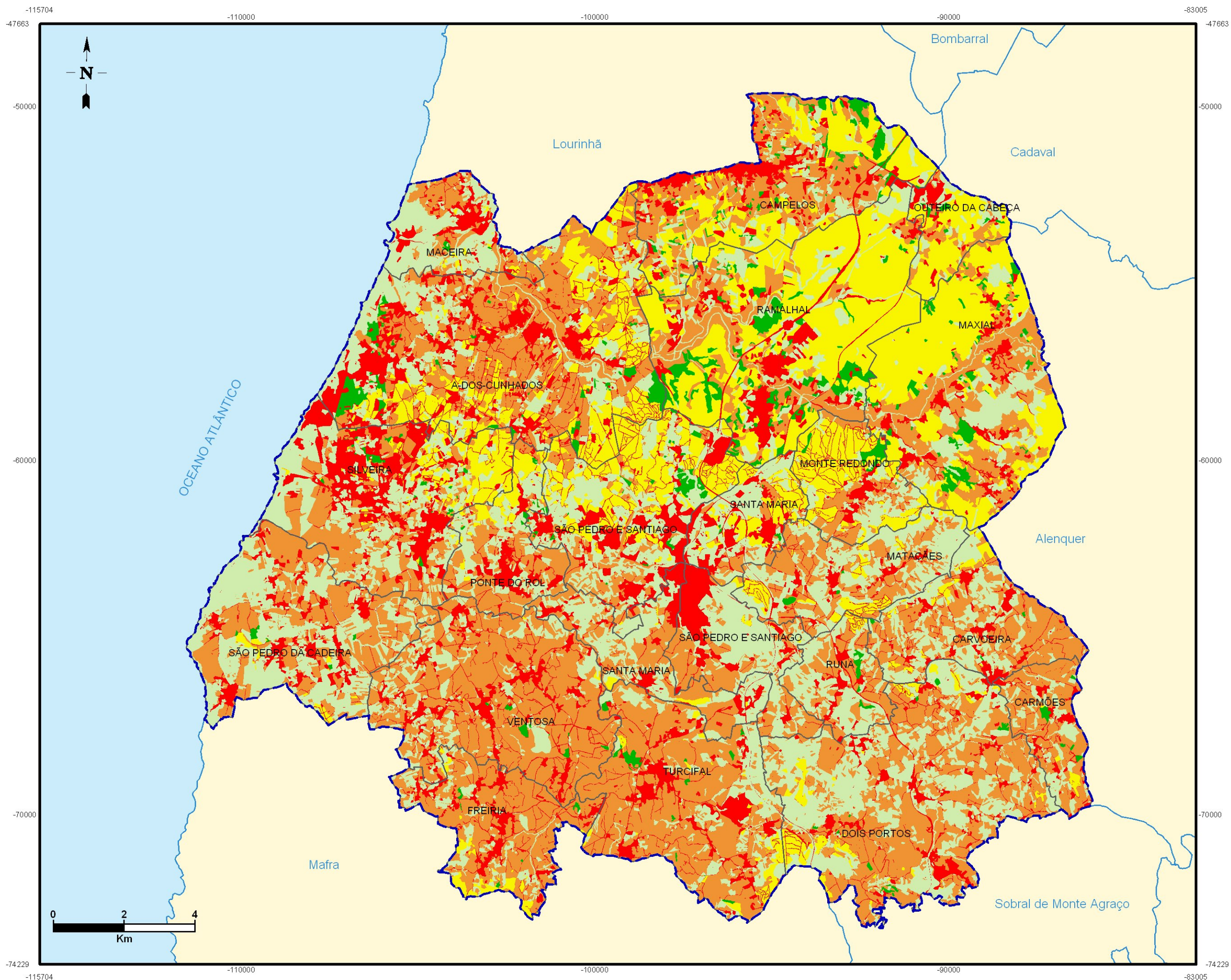
CMTV, 2007

Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010

 **Torres Vedras**
Câmara Municipal

MAPA N.º 03



MAPA DE RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

RISCO DE INCÊNDIO

- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

Fonte(s):
CMTV, 2007

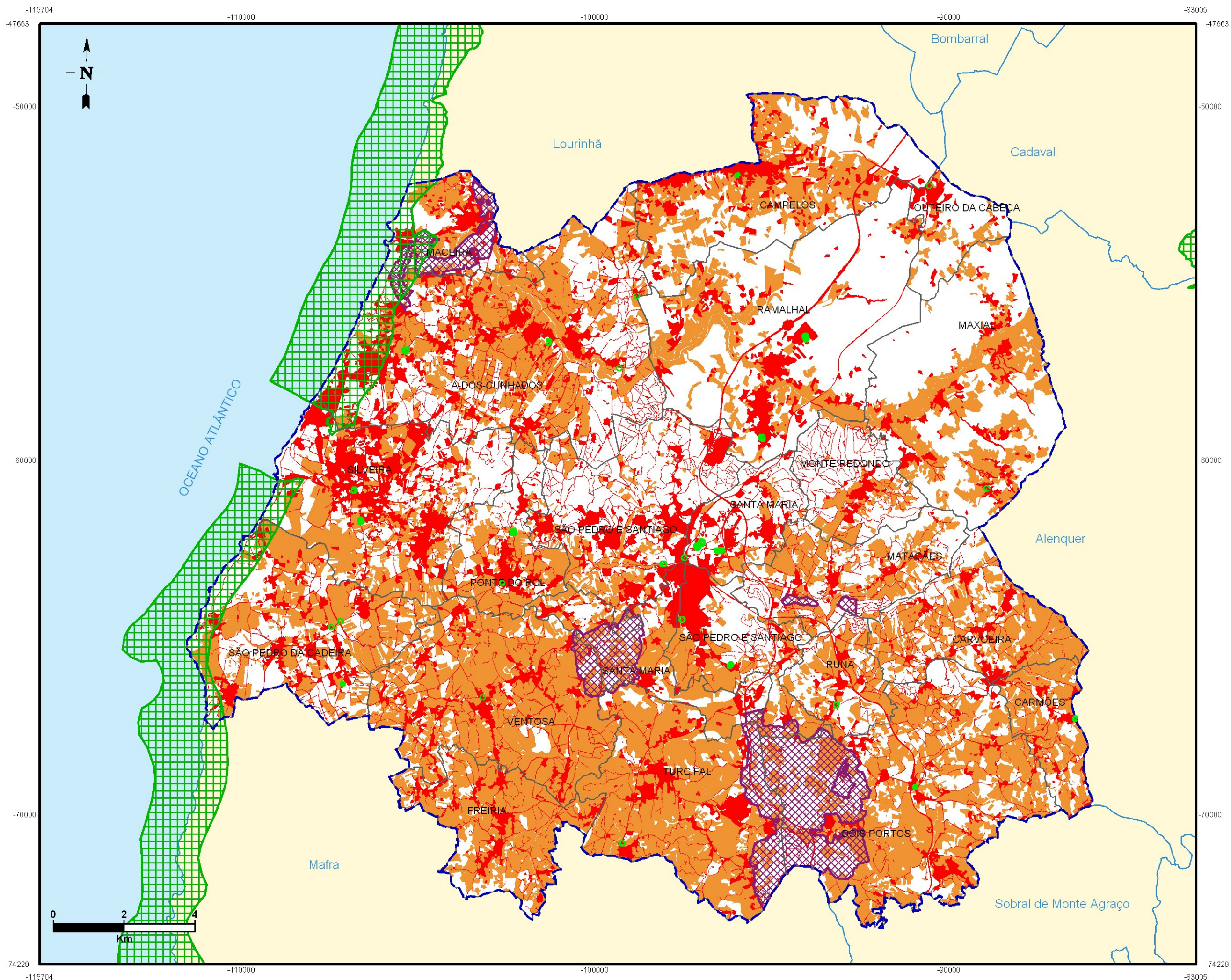
Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010



Torres Vedras
Câmara Municipal

MAPA N.º 04



MAPA DE PRIORIDADES DE DEFESA DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

PRIORIDADES DE DEFESA

- Sítios Rede Natura 2000
- Património Natural
- Bombas de Combustível

RISCO DE INCÊNDIO FLORESTAL

- Muito Alto
- Alto

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

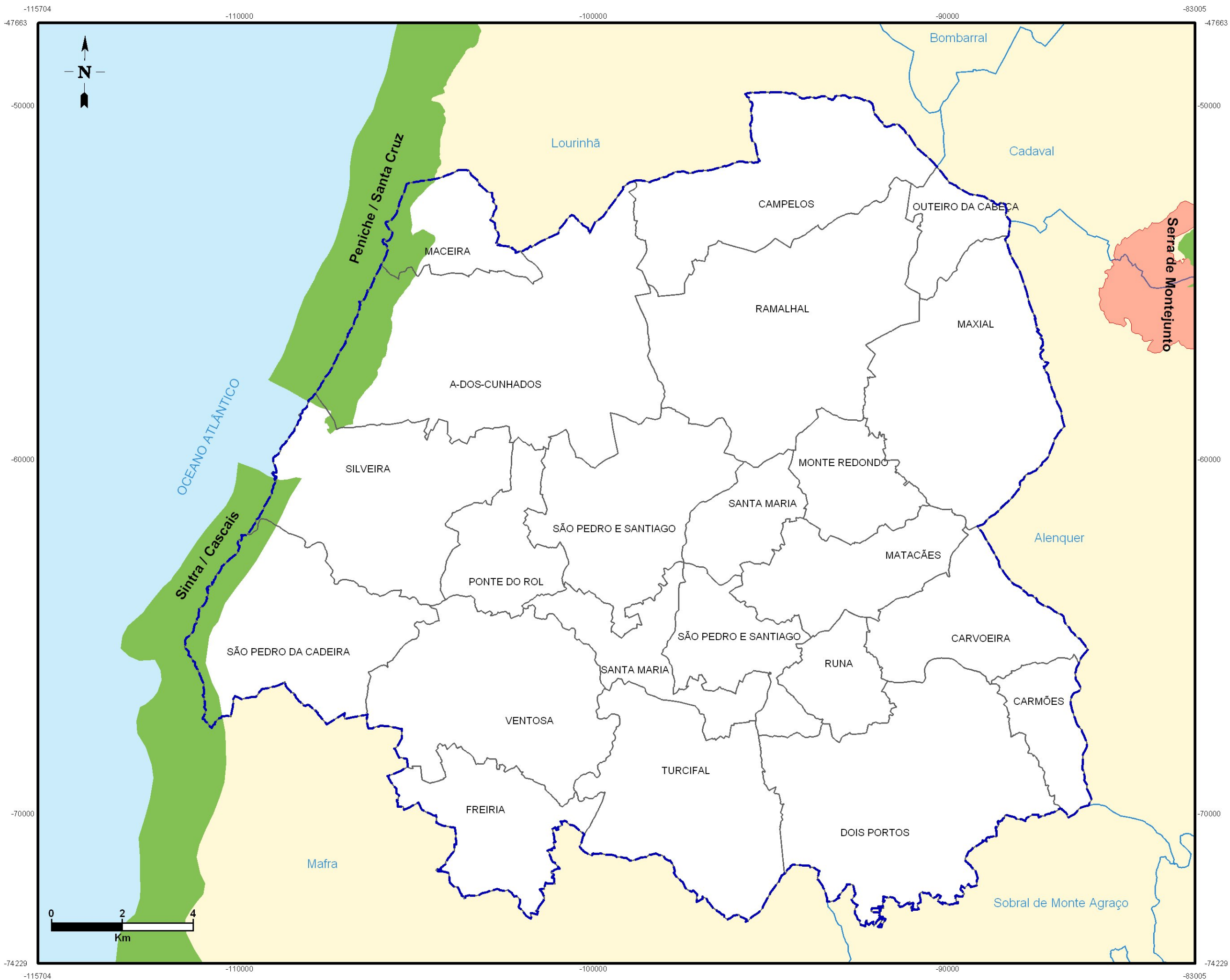
Fonte(s):

ICN
PMRN, 2007
CMTV, 2007
Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010



MAPA N.º 05



MAPA DAS ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Legenda

- LIMITES ADMINISTRATIVOS
- Concelhos
 - Concelho de Torres Vedras
 - Freguesias

ÁREAS PROTEGIDAS

- Áreas Protegidas

REDE NATURA 2000

- Sítios da Lista Nacional
- Zonas de Protecção Especial

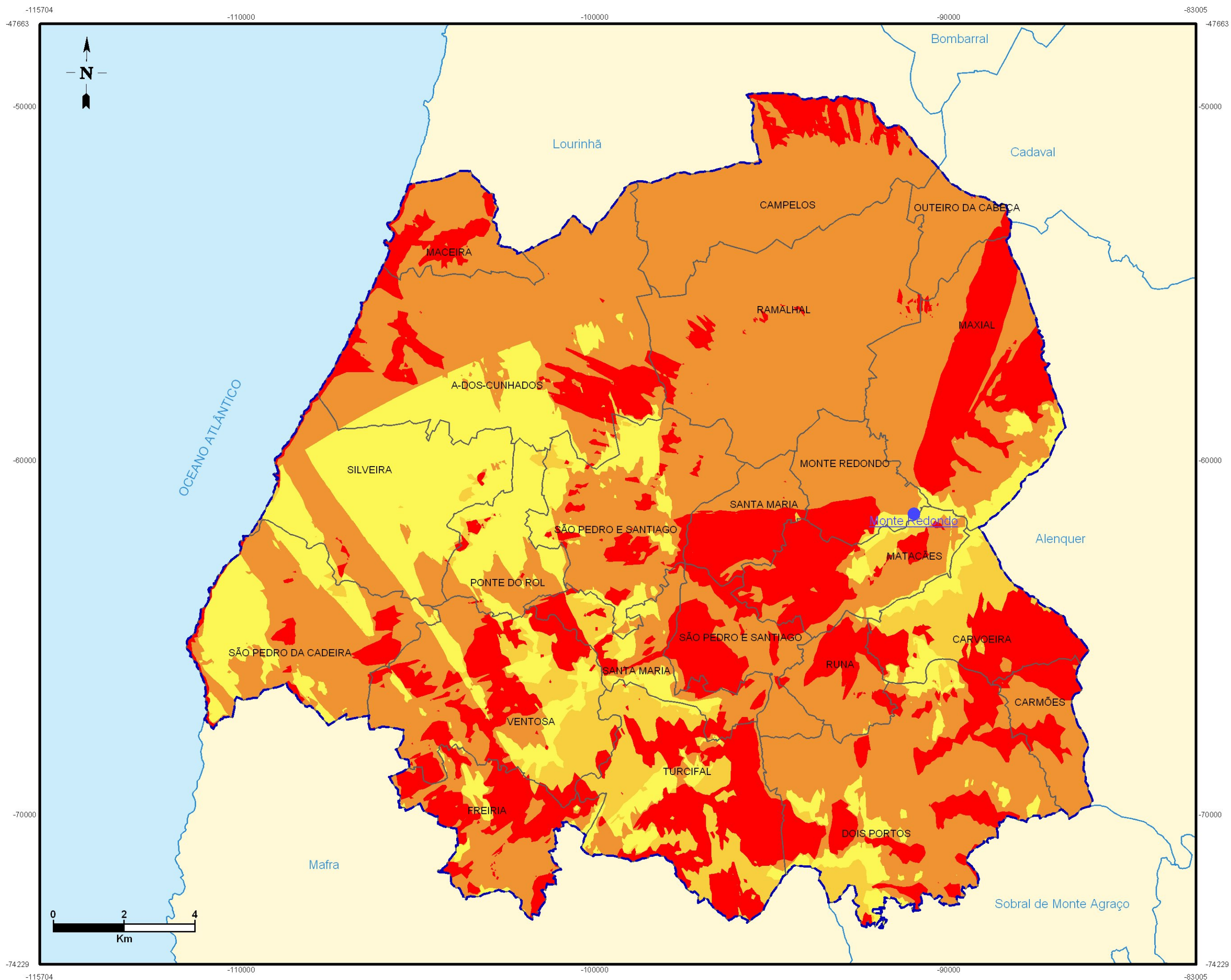
Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

Fonte(s):
ICN
Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010



MAPA N.º 06



MAPA DA REDE DE POSTOS DE VIGIA (PV) E BACIAS DE VISIBILIDADE DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

POSTOS DE VIGIA

- PV Monte Redondo

BACIAS DE VISIBILIDADE

- Sem Visibilidade
- Visível de 1 Posto Vigia
- Visível de 2 Postos Vigia
- Visível de 3 Postos Vigia

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

Fonte(s):

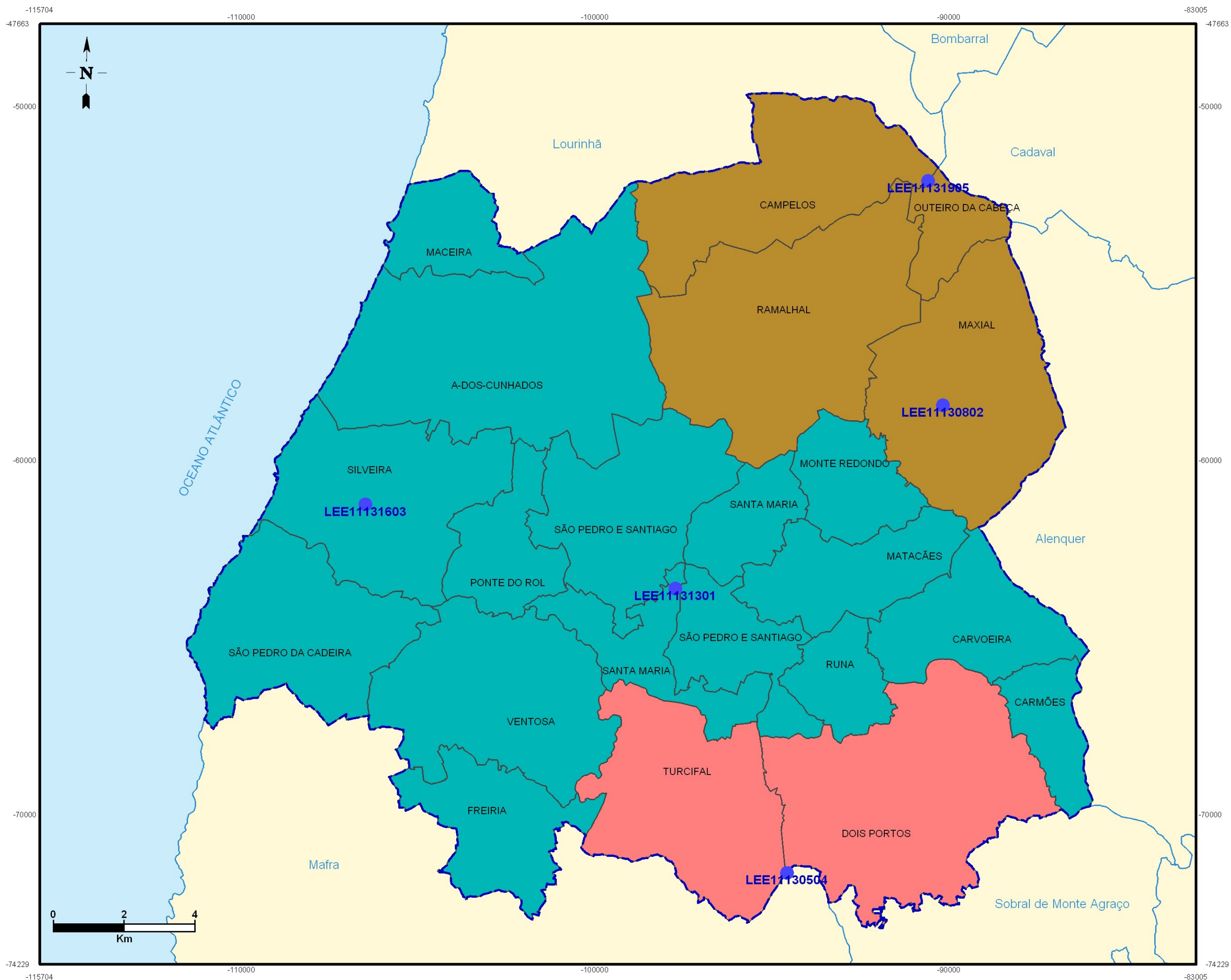
FLOREST, 2005

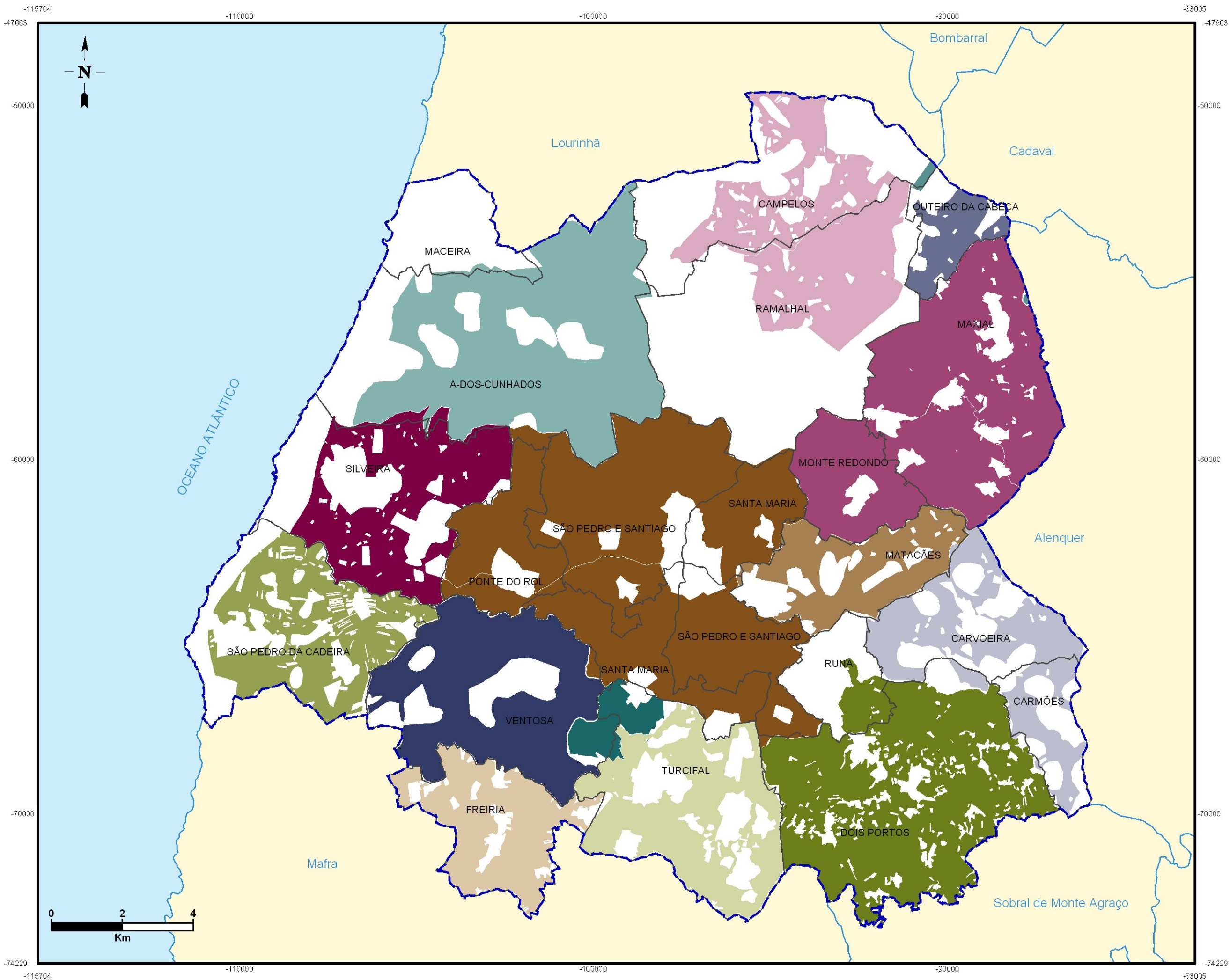
Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010



MAPA N.º 07





MAPA DE VIGILÂNCIA COMPLEMENTAR NO CONCELHO DE TORRES VEDRAS

Legenda

- LIMITES ADMINISTRATIVOS
- Concelhos
 - Concelho de Torres Vedras
 - Freguesias

Associações de Caçadores

- Freguesia da Freiria
- Freguesia da Silveira
- Freguesia dde Outeiro Cabeça
- Freguesia de A-Dos-Cunhados
- Freguesia de Dois Portos
- Freguesia de Matacães
- Freguesia de Ramalhal e Campelos
- Freguesia de São Mamede da Ventosa
- Freguesia do Outeiro da Cabeça
- Freguesia doTurcifal
- Torres Vedras
- Os Emes do Oeste
- Clube de Caça e Pesca da Freguesia da Carvoeira
- Clube de Caçadores de Almiara e Infesto
- Clube de Caçadores de São Pedro da Cadeira

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

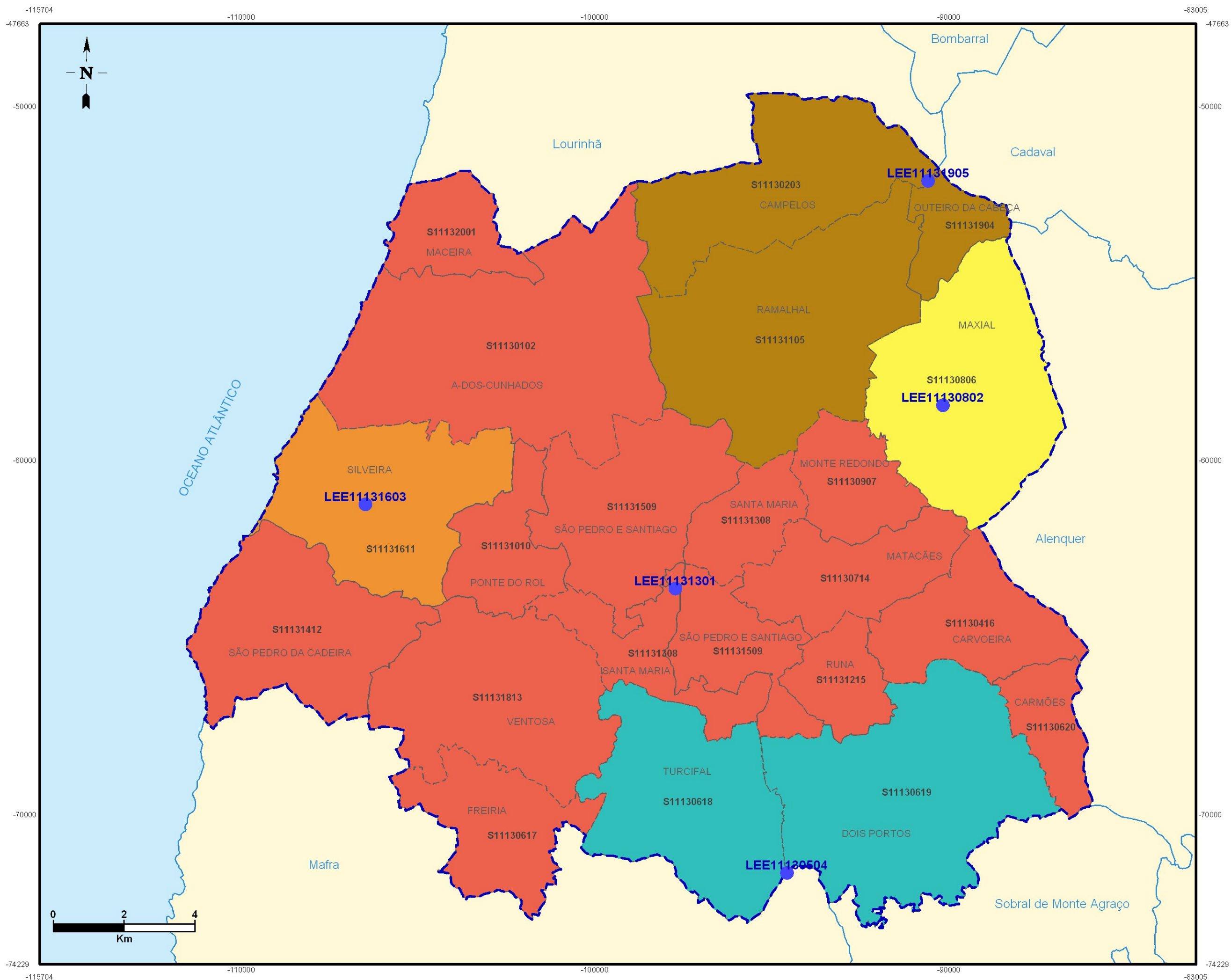
Fonte(s):
AFN
CMTV

Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010



MAPA N.º 08A



MAPA DE 1ª INTERVENÇÃO DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS - SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO (LEE)

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

Locais Estratégicos Estacionamento (LEE)

- LEE

SECTORES DFCI Entidades / Contactos

- B.V. Torres Vedras
Tel. 261322122
- B.V. Torres Vedras e
AFOCELCA
Tel. 261322122
- B.V. Torres Vedras e
J.F. Outeiro da Cabeça
Tel. 261322122
- B.V.T.V. - Secção da Silveira
Tel. 261937835
- B.V.T.V. - Secção Maxial
Tel. 261911561
- B.V. Torres Vedras e
Sapadores Florestais de
Torres Vedras
Tel. 261322122

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

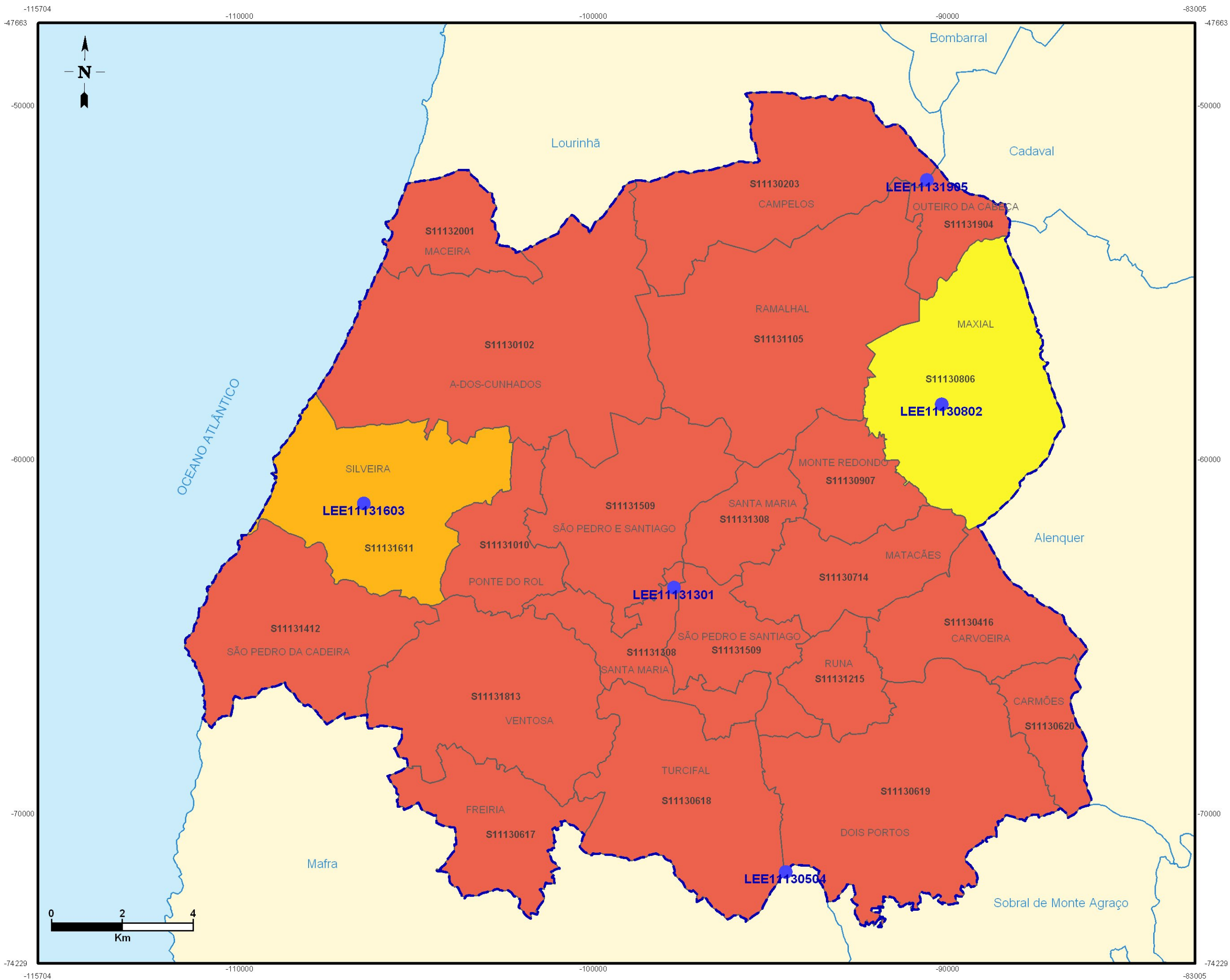
Fonte(s):

Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010



MAPA N.º 09



**MAPA DE COMBATE
DO CONCELHO DE
TORRES VEDRAS -
SECTORES
TERRITORIAIS DE
DFCI E LOCAIS
ESTRATÉGICOS DE
ESTACIONAMENTO (LEE)**

Legenda

- LIMITES ADMINISTRATIVOS
- Concelhos
 - Concelho de Torres Vedras
 - Freguesias

Locais Estratégicos
Estacionamento (LEE)

- LEE

- SECTORES DFCI
Entidades / Contactos
- B.V. Torres Vedras
Tel. 261322122
 - B.V.T.V. - Secção da Silveira
Tel. 261937835
 - B.V.T.V. - Secção Maxial
Tel. 261911561

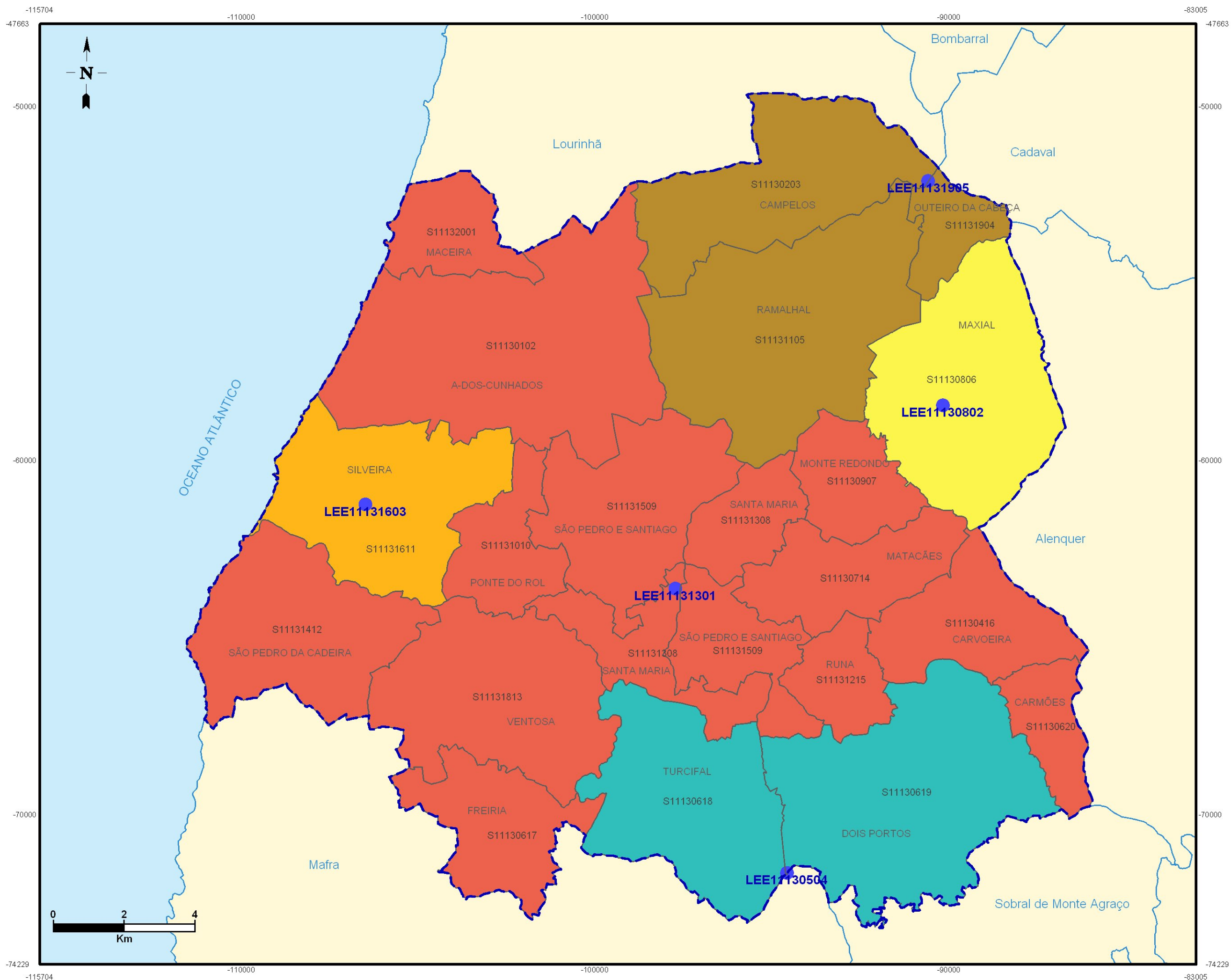
Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

Fonte(s):

Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal,
Abril 2010





MAPA DE RESCALDO E VIGILÂNCIA PÓS-INCÊNDIO DO CONCELHO DE TORRES VEDRAS - SECTORES TERRITORIAIS DE DFCI E LOCAIS ESTRATÉGICOS DE ESTACIONAMENTO (LEE)

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

Locais Estratégicos Estacionamento (LEE)

- LEE
- SECTORES DFCI Entidades / Contactos
 - B.V. Torres Vedras Tel. 261322122
 - B.V. Torres Vedras e AFOCELCA Tel. 261322122
 - B.V.T.V. - Secção da Silveira Tel. 261937835
 - B.V.T.V. - Secção Maxial Tel. 261911561
 - B.V. Torres Vedras e Saparores Florestais de Torres Vedras Tel. 261322122

Sistema de Coordenadas: Hayford-Gauss Datum 73

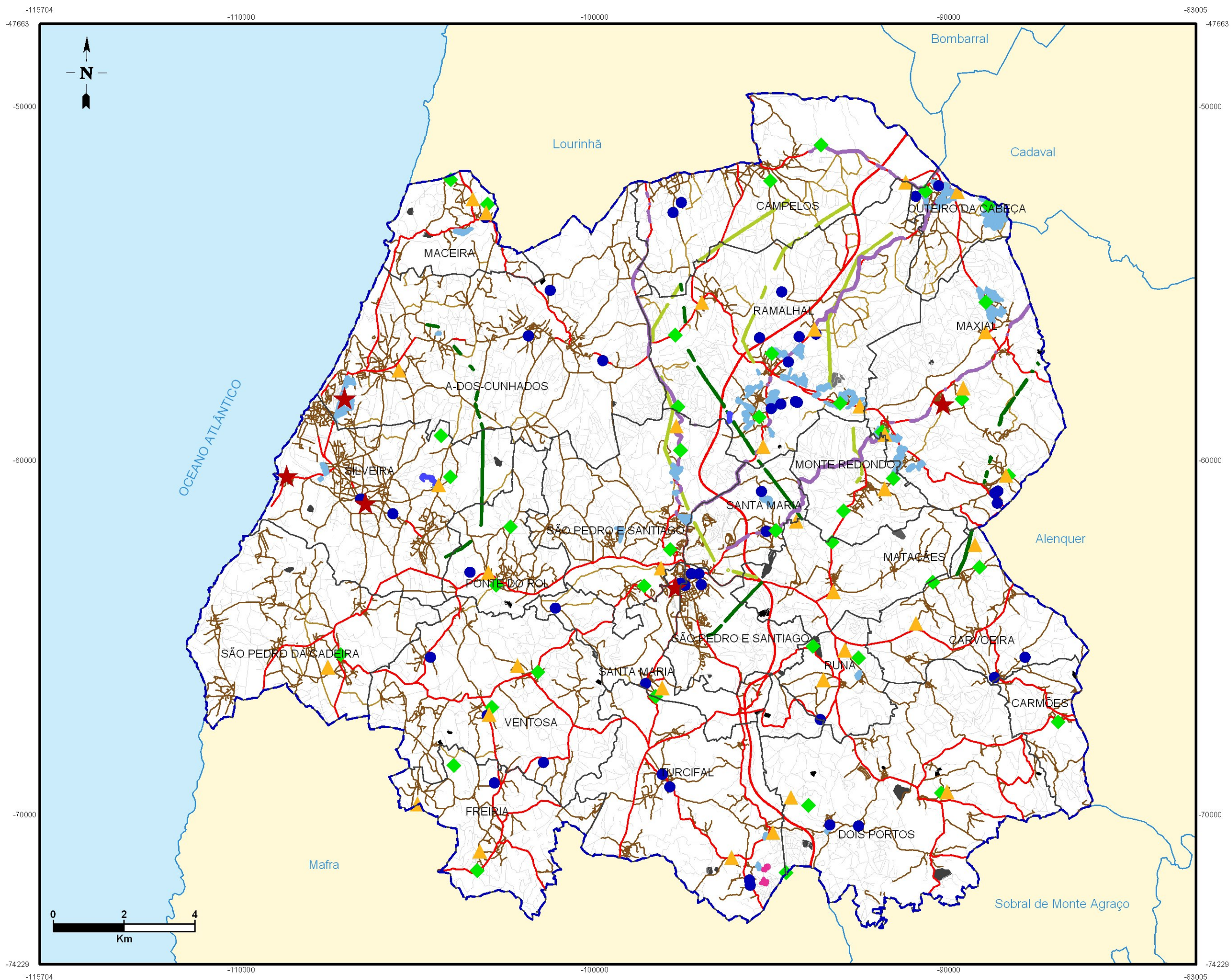
Fonte(s):

Base Cartográfica MNT SCN10K - AMO/IGP 1997

Elaboração: Gabinete Técnico Florestal, Abril 2010



MAPA N.º 11



MAPA I DE APOIO AO COMBATE DE TORRES VEDRAS

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

REDE VIÁRIA FLORESTAL - OPERACIONAL

- 1ª ordem - 1A
- 1ª ordem - 1B
- 2ª ordem
- 3ª ordem

FGC EXECUTADAS

- Edificações Isoladas
- Aglomerados Populacionais
- Parque Campismo
- Rede Viária
- Rede Ferroviária
- Linhas Eléctricas de Alta e Muito Alta Tensão
- Linhas Eléctricas de Média Tensão
- Mosaicos

ÁREAS ARDIDAS

- 2009
- 2008
- 2007
- 2006

POSTOS DE COMANDO OPERACIONAL

- Locais de Postos de Comando Operacional
- Zonas de Concentração e Reserva
- Zonas de apoio
- ACTIVIDADES EMISSORAS DE FUMO

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

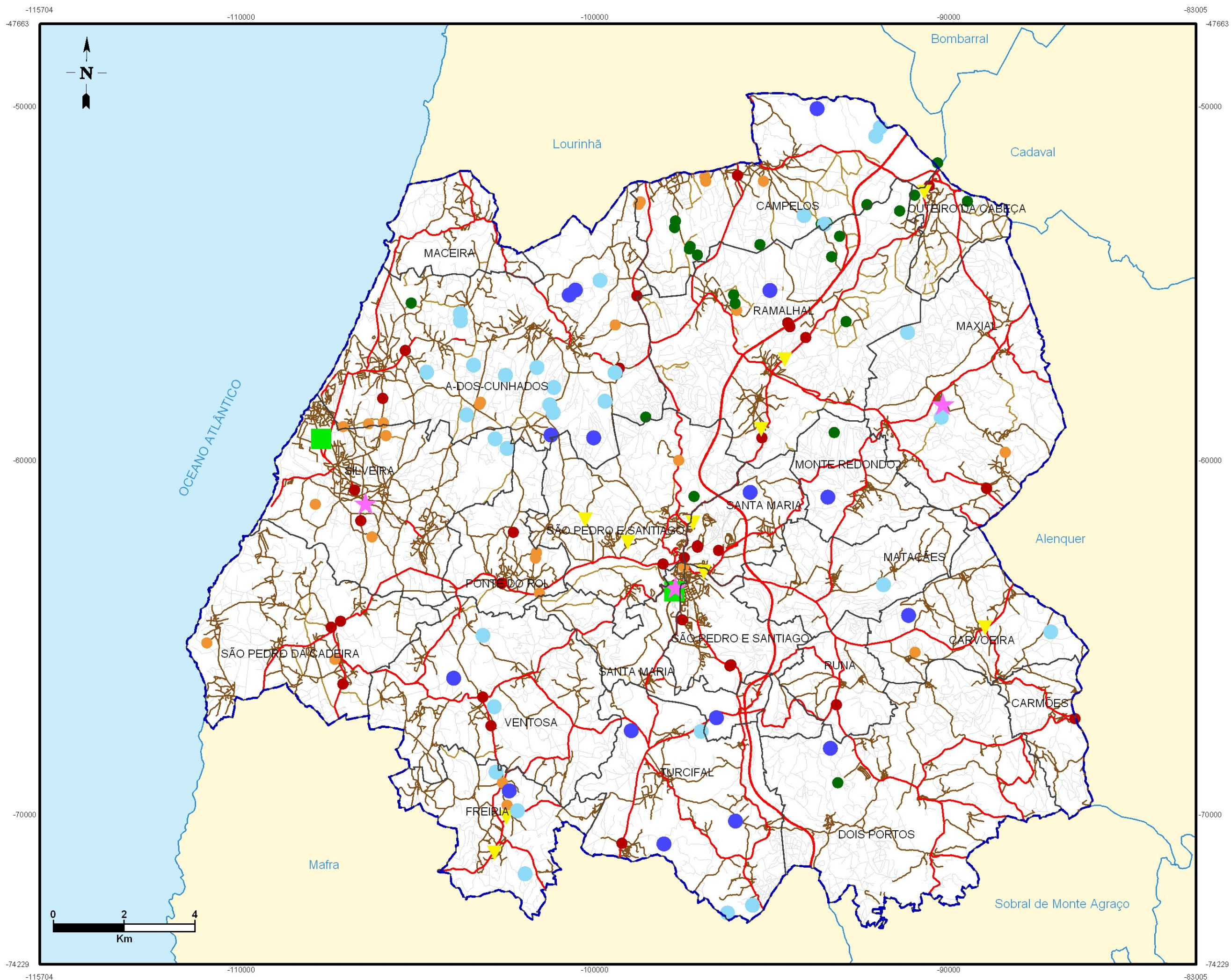
Fonte(s):
CMTV

Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal
Abril 2010



MAPA N.º 12



MAPA II DE APOIO AO COMBATE DE TORRES VEDRAS

Legenda

LIMITES ADMINISTRATIVOS

- Concelhos
- Concelho de Torres Vedras
- Freguesias

REDE VIÁRIA FLORESTAL - OPERACIONAL

- 1ª ordem - 1A
- 1ª ordem - 1B
- 2ª ordem
- 3ª ordem

PONTOS DE ÁGUA - OPERACIONAIS

- 1ª ordem
- 2ª ordem

INFRAESTRUTURAS DE APOIO AO COMBATE

- Bombeiros
- Pistas e Helipistas

MEIOS COMPLEMENTARES DE DFCI

OUTROS PONTOS CRÍTICOS

- Bombas de Combustível
- Pedreira
- Sucata

Sistema de Coordenadas:
Hayford-Gauss Datum 73

Fonte(s):
CMTV

Base Cartográfica MNT
SCN10K - AMO/IGP
1997

Elaboração: Gabinete
Técnico Florestal
Abril 2010



MAPA N.º 13

